

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**DEISE OLÍDIA GONÇALVES**

**AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO  
JUNTO À CASA DE ACOLHIMENTO DARCI VITÓRIA DE BRITO**

**FLORIANÓPOLIS/SC**

**2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

DEISE OLÍDIA GONÇALVES

**AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO  
JUNTO À CASA DE ACOLHIMENTO DARCI VITÓRIA DE BRITO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Carla Rosane Bressan

FLORIANÓPOLIS/SC

2014

**DEISE OLÍDIA GONÇALVES**

**AS POLÍTICAS SOCIAIS E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS  
E ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO  
JUNTO À CASA DE ACOLHIMENTO DARCI VITÓRIA DE BRITO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

**Orientadora: Profª. Dra. Carla Rosane Bressan**


**BANCA EXAMINADORA:**



**Profª. Dra. Carla Rosane Bressan**

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

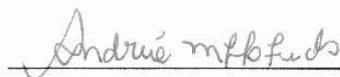
Presidente



**Profª. Dra. Vânia Maria Manfro**

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

1º Examinadora



**Profª. Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs**

Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC

2º Examinadora

Florianópolis, 22 de Julho de 2014.

*Dedico esse trabalho às crianças e adolescentes da Casa de  
Acolhimento Darcy Vitória de Brito.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por estar sempre presente em meus momentos de felicidade e de angústia, pois ele que me deu força para prosseguir e não desistir de meus objetivos. Quero agradecer também a algumas pessoas que trouxeram importantes contribuições em minha caminhada ao longo do processo de formação. Dentre essas pessoas não poderia deixar de agradecer:

A minha mãe por estar sempre presente em minha vida, desde criança me incentivando a investir nos estudos, compartilhando comigo meus momentos difíceis e momentos de alegria. **Mãe eu te amo, você pra mim é tudo!**

Ao meu pai que, apesar da distância, nos poucos momentos em que estivemos juntos demonstrou ter orgulho das minhas escolhas e, mesmo indiretamente, me deu força para continuar.

A minha irmã Makelis por ter nascido assim tão especial, sempre me entendendo, por mais que eu estivesse errada em certos momentos. Pela cumplicidade infinita e por tudo que construímos juntas. Valeu mana por sempre acreditar em mim e insistir pra eu não desistir dos meus sonhos.

Ao meu irmão Dalton por estar sempre comigo, enfrentando as dificuldades que tivemos desde criança e que nem por isso deixamos nos abater e dessas dificuldades tirarmos apenas os importantes valores que nossa mãe sempre nos ensinou.

Ao meu irmão Ricardo, acompanhando as minhas idas e vindas da universidade e sempre me apoiando.

Ao meu afilhado Kauan, me transmitindo alegria e repondo minhas energias ao ter sua companhia nos momentos em que desanimei e pensei em desistir. **Meu pretinho a dinda te ama e todo esse esforço é por você também!!!**

Ao meu amigo Luciano, por perder alguns intervalos de folga do trabalho me auxiliando nos estudos para fazer o vestibular da UFSC.

A Elisa e Tamara pela amizade construída na graduação e que se faz presente até hoje. Valeu meninas pela troca de experiências e pelas risadas.

A Andréia pelo companheirismo e pelos conselhos. Amiga obrigada por tudo que você fez por mim, sempre se preocupando e se mostrando presente nos momentos em que mais precisei.

A minha supervisora de campo, Angelita de Oliveira Costa, pela oportunidade de realizar meu estágio na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, pelas ricas reflexões e contribuições para o processo de formação.

As crianças e adolescentes acolhidos na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito pelo respeito e a confiança que depositaram em mim. Nunca vou me esquecer de vocês, foi muito bom ter compartilhado e conhecido a história de todos.

A minha orientadora, Carla Rosane Bressan, por contribuir na construção e nas discussões para a concretização deste trabalho.

As professoras, Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs e Vânia Maria Manfroi, por prontamente aceitarem o convite para participarem da banca examinadora.

A família Antunes, pelo apoio dado aos meus estudos, sempre se mostrando flexíveis, permitindo a mudança de horários do trabalho para que eu pudesse continuar fazendo a faculdade.

A minha mais nova amiga Janice, por compartilhar da minha rotina de trabalho e, com suas brincadeiras, fazer com que meu dia ficasse mais leve, sempre se mostrando prestativa e me ajudando nas tarefas que, em decorrência dos estudos, eu não conseguia dar conta.

**Muito Obrigada a todos!**

*“Buscando um novo rumo que faça sentido nesse mundo  
louco com o coração partido,  
eu Tomo cuidado pra que os desequilibrados  
não abalem minha fé  
pra eu enfrentar com otimismo essa loucura.*

*Os homens podem falar,  
mas os anjos podem voar  
Quem é de verdade sabe quem é de mentira.*

*Não menospreze o dever que a consciência te impõe,  
não deixe pra depois, valorize a vida!*

*Resgate suas forças e se sinta bem,  
rompendo a sombra da própria loucura.*

*Cuide de quem corre do seu lado e quem te quer bem  
Essa é a coisa mais pura.*

***[...] Eu faço da dificuldade a minha motivação  
A volta por cima, vem na continuação***

*Pontes Indestrutíveis*

*Charlie Brown JR.*

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo identificar como, ou de que maneira, as famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional demonstram ser atendidas pelas diferentes Políticas Sociais básicas e, de modo especial, a Política de Assistência Social. Dessa forma, consiste também em objetivos específicos: identificar, a partir dos prontuários estudados, de que forma as famílias demonstram receber contribuições de programas e serviços direcionados para o atendimento de crianças e adolescentes acolhidos no município de Florianópolis; compreender a dinâmica das famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. A metodologia adotada neste estudo pautou-se na pesquisa bibliográfica e documental, formulada pela coleta de dados a partir da realização da leitura e análise dos quatro prontuários dos acolhidos na Casa Darcy Vitoria de Brito, no período de março de 2013 a dezembro de 2013, coincidindo com a realização do estágio, o que possibilitou o acompanhamento das referidas situações. Para que a pesquisa qualitativa fosse realizada, utilizou-se como método a análise de conteúdo. Neste sentido, após a realização da pesquisa, constatou que os serviços e programas que atualmente atendem as famílias das crianças e adolescentes acolhidos, mas especificamente na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, não ofertam subsídios suficientes para suprir as demandas apresentadas por essas famílias, onde, conseqüentemente, a medida de acolhimento institucional é a resposta dada enquanto encaminhamento através dos diferentes serviços.

**Palavras chaves:** Políticas Sociais. Família. Criança e Adolescente. Acolhimento Institucional.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 – TCC’s Pesquisados -----</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 2 - Descrição do Prontuário I -----</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 3 - Descrição do Prontuário II -----</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 4 - Descrição do Prontuário III -----</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 5 - Descrição do Prontuário IV -----</b>	<b>80</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CAPS AD</b>	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
<b>CCEA</b>	Centro Cultural Escrava Anastácia
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>PAEFI</b>	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>POASF</b>	Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2. FAMÍLIA E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL</b>	13
2.1 Contextualizando a discussão da temática a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social da UFSC	13
2.2 Família: Compreensões teóricas e históricas	17
<b>3. POLÍTICA SOCIAL</b>	28
3.1 Pontuando o contexto histórico das Políticas Sociais - Pré Constituição Federal de 1988	28
3.2 Pontuando o contexto histórico das Políticas Sociais - Pós Constituição Federal de 1988	35
<b>4. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</b>	43
4.1 Experiência de estágio: Uma aproximação da dinâmica do acolhimento institucional de crianças e adolescentes	43
4.2 Apresentando a Caracterização dos Prontuários Selecionados	46
4.3 Um olhar transversal para os prontuários pesquisados: Análises acerca do atendimento realizado às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional	52
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	60
<b>REFERÊNCIAS</b>	62
<b>APÊNDICE A – Tabela dos TCC's Pesquisados</b>	68
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento</b>	70
<b>APÊNDICE C - Descrição do Prontuário I</b>	71
<b>APÊNDICE D - Descrição do Prontuário II</b>	74
<b>APÊNDICE E - Descrição do Prontuário III</b>	78
<b>APÊNDICE F - Descrição do Prontuário IV</b>	80

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo identificar como ou, de que maneira, as famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional demonstram ser atendidas pelas diferentes Políticas Sociais básicas e de modo especial, a Política de Assistência Social. Dessa forma, consiste também em objetivos específicos: identificar a partir dos prontuários estudados, de que forma as famílias demonstram receber contribuições de programas e serviços direcionados para o atendimento das famílias de crianças e adolescentes acolhidos no município de Florianópolis; compreender a dinâmica das famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Considerou-se importante enfocar tal objeto de estudo após surgirem algumas indagações a partir da vivência de estágio obrigatório I e II, no ano de 2013, na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito. Primeiramente programas e serviços existentes no município de Florianópolis chegam a se efetivar no atendimento das famílias de crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, como também, de que maneira eram feitos os procedimentos para que a medida de acolhimento institucional fosse concretizada.

A metodologia adotada neste estudo pautou-se na pesquisa bibliográfica e documental formulada pela coleta de dados a partir da realização da leitura e análise dos prontuários dos acolhidos na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, no período de março de 2013 a dezembro de 2013, coincidindo com a realização do estágio, o que possibilitou o acompanhamento das referidas situações. Para que a pesquisa qualitativa fosse realizada, utilizou-se como método, a análise de conteúdo.

Na primeira seção procurou-se trazer a discussão da temática no âmbito mais geral, a partir dos TCC's pesquisados na biblioteca central da UFSC, como também o que havia de produção acadêmica na própria instituição de acolhimento institucional, na qual se realizou o estágio obrigatório I e II. Em seguida, buscou-se discutir as compreensões teóricas sobre o conceito de família, onde se utilizou como referência a ampla revisão bibliográfica realizada no artigo da autora Cristina Bruschini (1989) intitulado "Uma abordagem sociológica de família". No que se refere à compreensão histórica sobre família, temos a contribuição dos autores Poster (1979) e Prado (1981); e, finalmente, no que se refere ao conceito de família na contemporaneidade, apresenta-se a contribuição de Mioto (1997, 2008), Sarti (2002) e Alencar (2010).

Na segunda seção teve-se como propósito trazer algumas pontuações do contexto histórico das Políticas Sociais anterior à Constituição Federal de 1988, como também os avanços e retrocessos após a promulgação desta lei. Para essa discussão contou-se com a contribuição de autores como Behring (2000), Couto (2004), Faleiros (2009), Vieira (2009) e Pereira (2011; 2012). Também nesta seção se apresentam as leis referentes à discussão do Direito a Convivência Familiar e Comunitária, onde se destaca a Política Nacional de Assistência Social (2004), Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (2006), como também, o papel do acolhimento institucional na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A terceira e última seção refere-se à pesquisa documental, para tanto, apresenta-se um pouco sobre a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito e a experiência de estágio Obrigatório I e II vivenciada na mesma, assim como sínteses dos quatro prontuários selecionados na pesquisa (caracterização dos prontuários) e, por fim, uma análise partindo das categorias que perpassaram os prontuários para a efetivação da pesquisa.

## **2. FAMÍLIA E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

### **2.1 Contextualizando a discussão da temática a partir dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Departamento de Serviço Social da UFSC**

A discussão a respeito da condição de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes e suas famílias no contexto das políticas sociais é presente na atuação do Serviço Social, assim, muitos aspectos são importantes para enriquecer essa discussão. Nesse sentido, tornou-se como ponto de partida para nossos estudos a realização de um levantamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso elaborados pelas (os) acadêmicas (os) de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como finalidade situar a temática e sua abordagem no âmbito do Serviço Social, uma vez que essa tem sido uma das temáticas presentes tanto nas experiências de estágio, como também, na abordagem dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

No levantamento de dados realizado a partir dos TCC's disponíveis no site da Biblioteca Central da UFSC, utilizando-se as palavras-chaves: Política Social, Família e Acolhimento Institucional, foi possível localizar dez Trabalhos de Conclusão de Curso. Desses dez trabalhos selecionados temos no primeiro bloco, referente à temática Política Social, um Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica Deise Oliveira da Silva, ano de 2003, que trata mais especificamente sobre a Política Social no que se refere à criança e ao adolescente. Segundo a acadêmica, o objetivo do seu trabalho era de “realizar uma análise das características da Política Social vigente no Programa de Orientação e Apoio Sócio-Familiar do município de Florianópolis, implantado em 1998” (SILVA, 2003, p. 5) e “contribuir para o debate sobre a Política Social voltada a criança e ao adolescente nos programas implementados no município de Florianópolis” (SILVA, 2003, p.5).

No segundo bloco, no que se refere à temática “Família”, encontramos dois Trabalhos de Conclusão de Curso, sendo o primeiro da acadêmica Edenise Maria Francisco do ano de 2004, e o segundo, da acadêmica Camila Gisele de Oliveira do ano de 2010. Ambos indicam como finalidade, analisar a família e sua relação com a política social, voltando-se para a função atribuída a família enquanto instância de proteção. No que tange a temática família, os dois trabalhos de conclusão de curso destacam que os fatores econômicos e sociais dificultam o acesso a condições dignas de moradia, alimentação, saúde e educação de qualidade e

refletem no relacionamento intra familiar; indicam ainda que, muitas vezes, a relação conflituosa que se apresenta na família não é avaliada dentro do contexto social em que a família esta inserida. Neste sentido, as diferentes mudanças sociais, econômicas e culturais afetam as famílias, podendo acarretar também na fragilização dos vínculos familiares e em uma maior vulnerabilidade das famílias.

Temos ainda quatro TCC'S abordando mais especificamente o tema "Acolhimento Institucional", que trazem para a discussão o direito a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e o rompimento de vínculos a que elas se submetem quando são retirados de suas famílias. No que se refere a esta temática, temos a contribuição dos trabalhos das acadêmicas Keila Rosa, do ano de 2004, Andréa Panozzo, do ano de 2005, Francine Cardoso da Silva, do ano de 2007 e Nelza de Moura, do ano de 2009. Os quatros tcc's abordam de uma maneira geral a questão do acolhimento institucional como medida excepcional, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e a questão do direito a convivência familiar e comunitária.

Coincidindo com a temática proposta para o presente trabalho, a qual se propõem a trazer a maneira pela qual as famílias de crianças e adolescentes acolhidas são atendidas pelas políticas sociais básicas e mais especificamente pela política de assistência social, foram localizados três Trabalhos de Conclusão de Curso. O primeiro é de autoria da acadêmica Daiane Edena Geib, do ano de 2009, tendo como titulo "Processo de abrigamento: uma análise por meio de escuta de famílias que vivenciaram essa experiência". Segundo a autora, o objetivo foi de:

Analisar a trajetória de vida de famílias que tiveram ou têm os filhos abrigados na instituição de abrigo Lar São Vicente de Paulo, visando contribuir para uma melhor intervenção do assistente social no atendimento as mesmas. (GEIB, 2009, p. 7).

Nas considerações finais, a acadêmica conclui que:

O estudo revelou que os abrigamentos foram realizados sem uma tentativa maior de a criança permanecer na rede familiar, apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente prever que o abrigamento deva ser realizado somente em caso excepcional, e isto não ocorreu em alguns casos. O ECA conforme já destacado, esclarece que verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum. Apesar de estar previsto na Lei, a realidade é outra, a vítima é afastada do ambiente familiar e não o vitimizador, fato que colabora para a revitimização da criança e do adolescente, já que estes são retirados de casa e inseridos em abrigos. (GEIB, 2009, p. 74)

O segundo TCC é de autoria de Claudia de Melo Giacomini Nuesch, do ano de 2010, tendo como titulo "Principio de excepcionalidade e provisoriedade no acolhimento

institucional de crianças e adolescentes no município de Florianópolis”, onde a acadêmica tem como objetivo:

Abordar o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em acolhimento institucional e as possibilidades deste acolhimento respeitar os princípios da excepcionalidade e provisoriedade previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990). (NUESCH, 2010, p. 8).

Nas considerações finais a acadêmica observou que:

Nos casos em que a rede de garantia de direitos foi acionada, ou que a família extensa se mobilizou houve maior facilidade para a provisoriedade se concretizar. Quanto à excepcionalidade observou-se incompreensões desse princípio pelos operadores do Estatuto da Criança e do Adolescente e indisponibilidade da família extensa de receber, sob sua guarda, o familiar que está em acolhimento institucional. (NUESCH, 2010, p. 8)

O terceiro TCC, de autoria da acadêmica Aline Furlani da Silva, do ano de 2011, traz a discussão “Trajetória da família de crianças e adolescentes acolhidos no programa de acolhimento institucional de Palhoça”. Segundo a autora, o presente trabalho tem como objetivo de discussão:

As famílias de crianças e adolescentes acolhidos no Programa Abrigo, num contexto de transformação das famílias e no âmbito da Política de Assistência Social. Particularmente, se detém no estudo de uma família que teve três de seus filhos abrigados em Casas Lares de Palhoça/SC. Busca-se entender quais os caminhos percorridos pela família no exercício da proteção social numa perspectiva da história dessa família e de sua rede social primária, bem como suas relações com as políticas sociais. (SILVA, 2011, p.8)

Nas considerações finais a acadêmica conclui que:

A família tomou para si a responsabilidade do exercício da proteção social dos seus membros e em dificuldades articulam com a rede primária, e só diante do esgotamento dos recursos desta é que aciona os serviços públicos (SILVA, 2011, p. 71).

Ainda considerando a temática indicada como terceiro bloco de levantamento e/ou mapeamento de estudos realizados, temos também a própria instância de realização do Estágio Curricular Obrigatório desenvolvido na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito<sup>1</sup>,

---

<sup>1</sup> Fundada em 01 de Abril de 2010. Segundo registros institucionais o Ministério Público propôs aos representantes do Centro Cultural Escrava Anastácia que os elaborassem um novo projeto de atuação, uma Casa de Acolhimento. O projeto foi intitulado de Darcy Vitória de Brito em homenagem a uma das fundadoras e colaboradoras do CCEA, que ainda esta engajada na instituição. A instituição atende atualmente entre 18 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com idade entre 05 a 18 anos incompletos. Esta organizada segundo princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente. Além de acolher e garantir proteção integral a crianças e adolescentes, a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito tem como objetivo contribuir para a prevenção do agravamento de situações de violência e ruptura de vínculos; restabelecer vínculos



onde foi possível encontrar dois TCC's que tiveram como propósito abordar questões presentes na instituição, sendo o primeiro de autoria da acadêmica Joana Elisa Engler, do ano de 2011, tendo como título "As tendências sobre a realidade do acolhimento de crianças e adolescentes de Florianópolis: um olhar a partir das produções acadêmicas do curso de Serviço Social da UFSC" em que a acadêmica teve como objetivo "compreender a realidade do município de Florianópolis no que se refere ao cumprimento da legislação do acolhimento institucional e os desafios que são enfrentados pelo sistema de garantia de direitos". (ENGLER, 2011, p. 9).

O segundo TCC é de autoria da acadêmica Indianara Trainoti, do ano de 2013, tendo como título "Uma reflexão sobre o processo de acompanhamento posterior ao desligamento de crianças e adolescentes das instituições de acolhimento de Florianópolis", que aborda o momento de pós-desinstitucionalização das crianças e adolescentes das instituições de acolhimento de Florianópolis.

Nos TCC's citados acima, as acadêmicas demonstraram em seus estudos os principais elementos do acolhimento institucional em Florianópolis e fizeram uma reflexão crítica sobre o processo de acompanhamento posterior ao desligamento de crianças e adolescentes das instituições de acolhimento do município de Florianópolis.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar como, ou de que maneira, as famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de Florianópolis demonstram ser atendidas pelas diferentes Políticas Sociais básicas e de modo especial a Política de Assistência Social. Dessa forma, consiste também em objetivos específicos: identificar, por meio dos prontuários estudados, de que forma as famílias demonstram receber contribuições de programas direcionados para o atendimento das famílias de crianças e adolescentes acolhidos no município de Florianópolis; e ainda, compreender a dinâmica familiar das famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

A realização do estágio obrigatório I e II realizado na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito foi provocadora da definição do tema. Este campo de estágio instigou a aproximação do tema a partir da atual conjuntura dos programas existentes no município de Florianópolis, para o atendimento das famílias de crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional. Pensar Políticas e programas que atendam, de fato, as famílias

que se encontram em vulnerabilidade social é de extrema importância para que, posteriormente, crianças e adolescentes não tenham que ser acolhidos em uma instituição.

Espera-se que este trabalho possa apontar para uma reflexão crítica a respeito do direito a convivência familiar e comunitária e da atual conjuntura no que se refere ao atendimento às famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional no município de Florianópolis. Neste sentido, busca-se esclarecer alguns enfrentamentos dessa expressão da questão social, que esta fundamentada na realidade das famílias de crianças e adolescentes acolhidos na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito.

Na próxima seção tem-se como propósito trazer o conceito de família, a partir de uma compreensão histórica e teórica e utilizou-se, para tanto, a contribuição de diferentes áreas de conhecimento estudadas no Curso de Serviço Social da UFSC.

## 2.2 Família: Compreensões teóricas e históricas

Existem diferentes formas de compreender e analisar o que se entende por “família”. A temática da família vem sendo discutida por diversas áreas do conhecimento, as quais mostram empenho em sua análise e definição. Para tanto, tomamos como referência a ampla revisão bibliográfica realizada no artigo da autora Cristina Bruschini (1989) intitulado “Uma abordagem sociológica de família”. A autora aponta inicialmente, em seu artigo, a contribuição da corrente funcionalista e da corrente marxista no que se refere à concepção de família e, em seguida, como essas duas correntes influenciaram as áreas da Sociologia, Antropologia e Psicologia. Segundo a referida autora, estudos para a compreensão da família foram sendo construídos a partir do século XIX, especialmente com o desenvolvimento das Ciências Humanas e Sociais, vinculadas às correntes do funcionalismo e do marxismo.

Neste sentido, é possível afirmar que a família é uma categoria de estudo interdisciplinar e, no que se refere às áreas do conhecimento que a estudam, pode-se destacar: a Sociologia, que pesquisa o seu funcionamento contemporâneo, a Antropologia, que se interessa pelos sistemas familiares em diversas culturas e a Psicologia, que estuda os efeitos sobre os indivíduos das relações inter e intra familiares. É importante colocar que esses três campos das ciências citados acima normalmente são referência para se trabalhar com famílias pelo Serviço Social.

Na busca de ampliar as reflexões a cerca da temática, será abordado, além dos estudos acima indicados, também as análises apresentadas por Poster (1979), fundamentadas na

perspectiva histórico – crítica e, finalmente, no que se refere ao conceito de família na contemporaneidade, apresenta-se a contribuição de Pereira (1995), Miotto (1997), Alencar (2000) e Sarti (2002).

Segundo Bruschini (1989), na corrente marxista a temática da família não foi um tema privilegiado de estudo, porém, Engels (1981) procurou suprir essa lacuna, tentando integrar a questão da reprodução na teoria geral da sociedade, na qual os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção. Segundo a perspectiva marxista, a família no modo de produção capitalista seria:

Um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens à produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. (BRUSHINI, 1989, p.3).

Para Engels *apud* Bruschini (1989), o fator dominante da História é a produção e a reprodução da vida imediata, onde se incluem tanto a produção dos meios de existência, quanto à produção dos próprios seres humanos ou a propagação da espécie.

No que se refere à corrente funcionalista, cujo maior expoente é Talcott Parsons “a família é, sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação de personalidade dos indivíduos” (PARSONS *apud* BRUSCHINI, 1989, p.2). O isolamento da família nuclear é uma das características básicas e manifesta-se no fato de que seus membros, pais e filhos, ainda dependentes, ocupam em geral, uma habitação separada. Neste sentido, Parsons *apud* Bruschini, (1989) propõe o estudo da família nuclear como um pequeno grupo-tarefa, no qual os membros adultos desempenham papéis altamente diferenciados e complementares, o que possibilita a presença de modelos masculinos e femininos claramente definidos. Nessa perspectiva,

O adulto masculino ou marido-pai é o líder “instrumental” do grupo, enquanto o adulto feminino desempenha papéis sociais de natureza “expressiva”, voltados principalmente para os assuntos internos da família: essa diferenciação de papéis é considerada um fato extremamente importante no processo de formação da personalidade infantil. [...] Nesse modelo a mulher/mãe tem o papel de zelar pelo bem-estar físico e emocional dos dependentes e pela estabilização das personalidades dos membros adultos (BRUSCHINI, 1989, p. 2, grifo do autor).

Pode-se identificar que há na corrente funcionalista uma ênfase acentuada na importância de que a criança tenha nos primeiros estágios de desenvolvimento, uma relação íntima e intensa com a mãe. Percebe-se que nos dias atuais, essa relação da criança com a mãe, além de estar muito presente, ainda é normalmente apresentada como sendo necessária em seus primeiros estágios de vida, isso para que contribua significativamente em seu

desenvolvimento, pois essa relação é baseada no afeto e na segurança, fatores estes que contribuem para um melhor desenvolvimento da criança.

Segundo a autora, as referidas matrizes do conhecimento influenciaram significativamente a apreensão das diferentes ciências. Nesse sentido, na Sociologia, Bruschini (1989) destaca as contribuições da Escola de Frankfurt e os estudos de Agnes Heller como significativos para compreender a dinâmica da vida familiar e suas relações. Segundo a autora, os textos da Escola de Frankfurt, com seus principais representantes Adorno e Horkheimer, consideram a família como:

Agência socializadora e formadora da personalidade dos indivíduos, mas desenvolve uma linha de reflexão oposta ao funcionalismo. Critica o papel conservador desse grupo social e o elemento de dominação nele existente, cujo mecanismo central é a autoridade do pai sobre o filho. Na família lugar de adestramento para a adequação social, a criança aprende a relação burguesa com a autoridade, através da idealização da figura paterna. (BRUSCHINI, 1989, p.3).

Nesse contexto, a família é o primeiro lugar onde ocorre a hierarquia nas relações sociais. É na relação dos membros da família, que o filho aprende a desenvolver o respeito pela autoridade, através da idealização da figura paterna.

Heller apud Bruschini (1989) traz a tona novas questões para repensar a família, desta vez como “agência de reprodução ideológica”. Para Heller, a vida cotidiana é o ponto de partida para o estudo do âmbito ideológico. Neste sentido, compreende-se que é no cotidiano das relações sociais que modificam, desaparecem e reproduzem as idéias, atos e relações.

A vida cotidiana é o conjunto das atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares criando, por sua vez, a possibilidade de reprodução social. O homem já nasce inserido em sua cotidianidade. O amadurecimento é o processo de aquisição das habilidades para a vida cotidiana. Amadurecer é internalizar as normas, assimilar a manipulação das coisas e, portanto das relações sociais. (BRUSCHINI, 1989, p. 3-4).

Neste contexto, a origem dos pressupostos ideológicos se encontra em casa, nos hábitos das pessoas ou de um grupo. Para reproduzir a sociedade é preciso que os homens particulares se reproduzam primeiro como tal. O aprendizado da manipulação dos objetos e das formas de comunicação social começa sempre em grupos primários, entre os quais podemos citar a família ocupando papel de destaque, tendo a responsabilidade de realizar a mediação entre indivíduo e os costumes, as normas e a ética. “a aprendizagem dos atos cotidianos, a maneira de adquiri-los ou ensiná-los é executando-os e se dá por imitação e observação”. (BRUSCHINI, 1989, p. 4).

Para a compreensão do conceito de família, Bruschini (1989) acrescenta que, segundo a Antropologia, a família, tal como a conhecemos atualmente em nossa sociedade, não é uma

instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de uma atividade de base biológica, a reprodução. A família tem sido conceituada por esta área de conhecimento como:

(...) grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, adoção ou aliança socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. É um grupo de procriação e de consumo, lugar privilegiado onde incide a divisão sexual do trabalho, em função da qual se determina o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. (BRUSCHINI, 1989, p.4).

Esta área de conhecimento nos mostra que as relações entre os membros da família podem se apresentar de maneiras diferenciadas em outras sociedades ou em diferentes momentos históricos. Dentro desse contexto, a análise da família deve considerar estes motivos “mover-se tanto no plano das construções ideológicas quanto no de seu papel na organização social”. (BRUSCHINI, 1989, p. 4).

No campo da Psicologia, a autora elenca as contribuições da teoria freudiana, na qual “a família é compreendida enquanto uma complexa teia de vínculos e de emoções, que se expressa simultaneamente através do ódio e do amor” (BRUSCHINI, 1989, p.5). Segundo os princípios freudianos, a estrutura da mente humana forma-se na infância. Freud considera que a mente não é algo previamente dado, mas sim, uma estrutura construída na infância, através de um longo processo de formação da personalidade e de estabelecimento de vínculos afetivos e emocionais (BRUSCHINI, 1989, p.5). Neste sentido, a família tem o importante papel de desenvolver a personalidade dos indivíduos e de estabelecer os referidos vínculos. “Após as contribuições de Freud acerca da família, os estudos sobre o assunto não podem mais analisar as relações familiares sem levar em conta o nível psicológico das relações sociais que se passam em seu interior” (BRUSCHINI, 1989, p.5).

Quando nos remetemos a estudar o processo histórico de formação da família, observamos que ela passou por várias fases no decorrer dos séculos e que os papéis desempenhados por ela sofreram modificações em sua dinâmica na sociedade. Essas modificações estão vinculadas, principalmente, com o modo de produção vigente e os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres em determinado período histórico. Neste sentido, temos a contribuição de Poster (1979) e Prado (1981). Pôster (1978) aponta que a teoria crítica é a base para sistematizar quatro modelos de estrutura familiar, que são: família aristocrática dos séculos XVI e XVII, família camponesa dos séculos XVI e XVII, família proletária no início do século XIX e família burguesa de meados do século XIX.

A família aristocrática fundava-se em relações severamente hierarquizadas entre os membros da família, atribuía pouco valor a privacidade, cuidados maternos e hábitos higiênicos. A função primordial da mulher consistia em ter filhos e não em criá-los, pais e

mães raramente se preocupavam com os filhos, especialmente nos seus primeiros anos de vida. “Em geral não se preocupavam com a administração da casa nem com a criação dos filhos” (POSTER, 1979, p. 198). Neste modelo de família, as crianças criavam vínculos com pessoas que não pertenciam à família.

A família camponesa se assemelha à família aristocrática, não valorizando a domesticidade e a privacidade. As crianças aprendiam a depender da comunidade e não dos pais. A amamentação era realizada pela mãe, mas como uma tarefa incomodativa, havia pouco ou nenhum envolvimento emocional. A autoridade caracterizava-se por ser severa e indiferente às necessidades das crianças, difundida por toda a aldeia, com numerosos adultos participando na vida da criança.

A família proletária caracterizou-se pelas condições de extrema pobreza e precarização socioeconômica, sua constituição deu-se no período inicial da industrialização. Conforme Reis (2001), este modelo de família, para Poster, passa por três fases, que vão da sua constituição até a adoção do modelo familiar burguês. Na primeira fase, todos os membros da família trabalhavam, cumprindo jornadas que variavam de 14 a 17 horas diárias. As condições de saúde e higiene em que viviam as crianças eram muito precárias, favorecendo o alto índice de mortalidade infantil.

A segunda fase corresponde à segunda metade do século XIX. Essa fase é marcada por uma aproximação dos padrões burgueses de diferenciação de papéis sexuais. A mulher passou a ficar mais tempo em casa com os filhos e os homens estabeleceram a fábrica e o bar como pólos de gravitação de sua vida social. A terceira e última fase ocorreu já no século XX, com a mudança da família operária para os subúrbios. A partir desse momento, romperam-se os vínculos com a comunidade, a mulher ficou isolada no lar, o homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade e a educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família.

Na família burguesa as relações eram dirigidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais. O marido era a autoridade predominante sobre a família e provia o sustento dela através do trabalho, já a esposa, considerada “incapaz”, preocupava-se exclusivamente com a casa, sendo sua principal função durante boa parte do casamento, o cuidado com os filhos. Uma nova forma de amor maternal foi considerada “natural” nas mulheres, que tinham não só de zelar pela sobrevivência dos filhos, mas educá-los para um lugar respeitável na sociedade, “assim, durante a maior parte de sua vida, as mulheres burguesas estavam confinadas ao lar como nunca o haviam estado antes; tinham que criar e educar os filhos, manter o lar e prover às necessidades do marido” (POSTER, 1979, p. 108). Ainda conforme o autor, na família

burguesa as relações eram rígidas em função das divisões sexuais, os filhos foram reavaliados pela burguesia, tornando-se importantes para os pais.

A “família”, nos momentos de crise e evolução, manifesta até hoje uma grande capacidade de sobrevivência e também, por que não dizer, de adaptação, uma vez que ela subsiste sob múltiplas formas. “A família não é um simples fenômeno natural ela é uma instituição social que tem se modificado ao longo da História da humanidade e apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar” (PRADO, 1981, p. 12).

Para Prado (1981) a família, como toda instituição social, apresenta aspectos positivos, enquanto núcleo afetivo, de apoio e solidariedade. Afinal, é dentro dela que se explicita o cuidado de uma geração com outra geração, especialmente com os da nova geração. Ainda é no contexto das relações familiares, cujo motor são os afetos (amor, ódio, inveja, gratidão), que a criança aprende a reconhecer-se como única (identidade) e como parte de um grupo (sentido de pertencer, o sentido de nós). Mas apresenta, ao lado destes, aspectos negativos, como a imposição normativa através de regras, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas.

Independente da sua estrutura e configuração, a família é o palco em que se vivem as emoções mais intensas e marcantes da experiência humana. É o lugar onde é possível a convivência do amor e do ódio, da alegria e da tristeza, do desespero e da desesperança. A busca do equilíbrio entre tais emoções, somada às diversas transformações na configuração deste grupo social, têm caracterizado uma tarefa ainda mais complexa a ser realizada pelas novas famílias. (WAGNER, 2001 *apud* Carvalho, 1995, p.27).

Segundo Prado (1981), toda e qualquer família exerce sempre inúmeras funções, sendo que, algumas recebem apoio e interferência de instituições sociais, enquanto outras funções elas assumem com exclusividade. A socialização das crianças é dividida pela família e pelas instituições educacionais. A saúde dos membros é também hoje complementada pelas instituições de saúde pública, além da atuação da família, que é solicitada a cumprir regras de higiene e cuidado.

Apesar dos conflitos, a família tem papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período de infância e adolescência.

A família na contemporaneidade vem sofrendo mudanças em sua organização e composição manifesta na diversidade de arranjos familiares. As alterações na estrutura das famílias vêm sendo percebidas e são decorrentes das mudanças ocorridas na estrutura da economia, nos processos de trabalho e nas relações sociais em geral. Essas mudanças são fruto de um conjunto de fatores, entre os quais se destacam: a industrialização, a expansão do

mercado consumidor, a incorporação da mulher à esfera do trabalho remunerado, o avanço nas técnicas de controle da natalidade e o movimento feminista. Essas mudanças afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família, conforme sua composição, história e pertencimento social. Trata-se, portanto, de uma transformação na instituição familiar, pois o que se observa é o surgimento de novos modos de ser entre homens, mulheres e seus filhos, partilhados por casais contemporâneos e que terminarão por constituir novas regras.

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. Assim, o amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vividos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez maior importância social. (SARTI, 1993, p.43).

A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia. Este processo foi impulsionado basicamente pelas mulheres, a partir de um fato histórico fundamental: a possibilidade de controle da reprodução, que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública.

Sarti (2002) acrescenta que a partir da década de 1960, não apenas no Brasil, mas em escala mundial, difundiu-se a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina. A pílula, associada ao trabalho remunerado da mulher, inauguraram um processo de mudanças substantivas na família. Assim, as mudanças, principalmente em relação ao trabalho, trouxeram maior autonomia feminina. A partir dos anos 1980, as novas tecnologias reprodutivas, sejam inseminações artificiais ou “fertilizantes in vitro”, dissociaram a gravidez da relação sexual e do casamento.

A mulher passa a ter possibilidade da “escolha”, de decidir sobre o casamento, em ter ou não ter filhos, estudar, seguir uma carreira profissional, entre tantas outras escolhas a reprodução e o cuidado dos filhos deixaram de ser a razão de viver das mulheres para ser apenas uma etapa das suas vidas (MIOTO, 1997, p. 120).

Essas mudanças influenciaram também em relação ao que se tinha como “padrão tradicional” de família, ou seja, a família nuclear composta por pai, mãe e filhos, oriundos de uma mesma união, morando em uma mesma casa. De acordo com Alencar (2000), abrem-se um caminho para novos desenhos ou arranjos familiares que vai desde famílias monoparentais, decorrentes de separações ou abandonos; famílias formadas a partir de uniões livres e até mesmo, famílias formadas por pessoas convivendo no mesmo espaço, sem



vínculos de aliança ou consangüinidade, mas com ligações afetivas de mútua dependência e responsabilidade.

Nesse sentido, o Serviço Social tem uma contribuição significativa a apresentar, quando Miotto (1997) afirma que:

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido. (MIOTTO, 1997, p. 120).

Miotto (1997) acrescenta que na contemporaneidade, “não é possível falar em família, mas sim famílias” (MIOTTO, 1997, p.120). O uso do plural, nesse contexto, objetiva abarcar, dentro da concepção de família, a diversidade de arranjos familiares na sociedade brasileira.

De acordo com Paulo (2005), algumas funções são atribuídas às famílias como, por exemplo: a função reprodutora que é a de conceber filhos, contribuindo para a manutenção da espécie humana. Entretanto, essa função não é tida mais como primordial para a constituição de uma família, uma vez que hoje são várias as formas de se constituir uma família, como por exemplo, a adoção, a inseminação artificial, etc.; a função emocional e psicológica é considerada primordial para a formação do caráter e para manter vivos os laços afetivos indispensáveis dentro da família. Neste sentido, parte-se do pressuposto de que, para se criar uma criança, um adolescente, visto que são seres em fase de desenvolvimento, é indispensável o envolvimento desses seres em laços de carinho, amor e atenção, de modo que proporcione bem estar, alegria e felicidade.

A função de reprodução das relações sociais é designada a reproduzir a ideologia vigente, juntamente com as relações sociais instituídas na sociedade. Essa função dita às regras, a moral, os princípios e os valores cultuados pela sociedade, desenvolvidos pela burguesia. Importante para quem está no poder, essa função garante a ordem, a “paz” do país, fazendo com que tais valores ideológicos sejam reproduzidos pela família, comunidade, meios de comunicação e sociedade como um todo, perpetuando assim as idéias e padrões dominantes e hegemônicos. E por ultimo, temos ainda a função econômica, que mantém financeiramente não apenas seus entes, como também o Estado. Lembrando que a função econômica se faz presente na lista de responsabilidades do Estado, não sendo unicamente atribuída a família.

Para o Estado, a função econômica da família é relevante pelo fato de se configurar na “única instituição capaz de dar o máximo de retorno, valor, rendimento e aproveitamento aos

recursos a ela destinados.” Ao passo que, por muitas vezes, com um insignificante salário mínimo, a família consegue prover educação, saúde e alimentação aos seus membros.

É possível observar que existem funções no interior das famílias e, conforme Teixeira (2008), estas também são históricas, foram se constituindo ao longo do tempo e ganharam peculiaridades em cada formação socioeconômica. Segundo a autora, na sociedade capitalista essas funções vão desde:

A reprodução biológica, material, à reprodução social de seus membros, como a estrutura familiar e da sociedade, além de ser também o lócus da estrutura psíquica do indivíduo, como espaço de geração de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo, espaço de solidariedade primária. Pode-se dizer também que se trata de um espaço da reprodução da hierarquia, de autoridade, de dominação pela idade e sexo; logo, espaço de conflitos e relações de forças, de luta pelo poder (TEIXEIRA, 2008, p. 64).

No Brasil, a atuação mínima do Estado no campo social tem contribuído para aumentar a visibilidade da família enquanto espaço primordial no cuidado e proteção de seus membros, porém, a atribuição dessas funções à família tem a sobrecarregado, sem que lhes garantam as condições necessárias para a efetivação dessas funções. Mioto (1997) acrescenta que, à medida que a família não consegue encontrar soluções adequadas para seus desafios, ela pode expressar suas dificuldades por meio de inúmeras situações.

Circunstâncias como desemprego e ausência de serviços públicos fazem com que as famílias não cumpram com suas funções, tais como o cuidado com a saúde, educação alimentação, etc. Desta forma, torna-se fundamental a construção de Políticas Sociais voltadas ao atendimento da família enquanto grupo como um todo e, ainda segundo a referida autora (2008), a maioria das políticas tem implícita a idéia de que é somente na “falência” da família que o Estado deve interferir por meio das Políticas Sociais, que na maioria das vezes são focalizadas e pontuais. Nesse sentido, “a política social no Brasil tem assumido uma perspectiva marginal e assistencialista, desvinculada das questões macroeconômicas, servindo mais para regulação ou administração da pobreza num dado patamar” (SILVA, 2010, p.157-158).

Percebe-se então, que a família é não só um tecido fundamental de relações, mas também, um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade, através de seus usos e costumes, espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, enfim, de todos os seus membros. É através da família (indicada por vezes como a “menor célula” organizada da sociedade) que o Estado pode exercer um controle sobre os indivíduos, impondo-lhes diferentes responsabilidades, conforme cada momento histórico.

A família passa a ser considerada “capaz” quando ela consegue desempenhar com êxito as funções sejam elas relacionadas ao mercado, trabalho e organização que lhe são atribuídas pela sociedade. Quando a mesma não consegue atender as expectativas sociais relacionadas ao desempenho dessas funções que lhe são atribuídas, surge a necessidade de uma interferência externa, a princípio do Estado, para a proteção dos seus membros. (MIOTO, 2008, p.51).

Neste contexto se insere o Assistente Social, atuando muitas vezes em programas que são “incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais” (YAZBEK, 2001, p. 37). Apesar de alterarem o mapa da pobreza no país e darem um mínimo de dignidade a todo um contingente de pessoas subalternizadas, os programas têm, ao mesmo tempo, estreitado o escopo de ação das políticas públicas, ou seja:

Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão, e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados na sociedade. (YAZBEK, 2009, p. 72).

Segundo Grisotti, sem desprezar a urgência da fome e o quanto essas transferências têm sido eficazes na sua suavização, percebe-se que não há esforços articulados intersetorialmente para equacionar as diversas facetas da pobreza<sup>2</sup> como déficits habitacionais, falta de creche, serviços de saúde deficientes, carência de água potável e esgoto. Em sua totalidade, as políticas sociais perdem sinergia ao ignorar as possibilidades de trabalhar de forma articulada, o que seria desejável num sistema bem estruturado de proteção social.

Esse entendimento permite desvelar valores e concepções inspiradoras das políticas públicas de intervenção nas situações de pobreza e as possibilidades de sua redução, superação ou apenas regulação.

---

<sup>2</sup> Na visão de Grisotti (2010) a pobreza pode ser estudada como um fenômeno que advém de condições que afetam os indivíduos, como a sua inserção na estrutura produtiva, ou pode ser estudada como manifestação de carências individuais. “Esta última por ter sua preocupação excessivamente focada no indivíduo e nas suas características, perde de vista a possibilidade de compreender o fenômeno em toda sua magnitude” (GRISOTTI, 2010, p.212). Diante deste contexto o sistema de produção capitalista, centrado na expropriação e na exploração para garantir a mais valia, tem como consequência a distribuição desigual da renda nacional entre as classes sociais, sendo responsável pelo processo de exclusão. De acordo com Silva (2010): [...] no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento concentrador de riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária no meio urbano. Tem raízes na formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira. (SILVA, 2010, p. 157).

Na perspectiva focada no indivíduo, as políticas sociais destinadas ao combate à pobreza procuram tornar indivíduos “inseríveis” nos padrões de sociabilidade contemporânea. Nesse contexto, os padrões de proteção social se alteram: perdem o seu caráter universal e se limitam a programas específicos de atendimento dos grupos mais vulneráveis, em que o assistencialismo é a tônica dominante. (MAURIEL, 2006 *apud* GRISOTTI, 2010 p. 214).

Dentro deste contexto, estes indivíduos acabam tornando-se uma ameaça para a sociedade, uma vez que a eles nada lhes é assegurado. As políticas sociais destinadas à população são ineficazes e falham na tentativa de resgatar-lhes a cidadania e a dignidade, pois são cada vez mais desarticuladas e excludentes. Compreende-se que esforços dos mais variados segmentos são necessários para que se fortaleça o debate com a sociedade sobre as estratégias de ação, buscando-se efetivar políticas sociais capazes de atender as demandas dessas famílias, uma vez sendo esta uma responsabilidade do Estado e da Sociedade.

A próxima seção terá como propósito trazer alguns apontamentos históricos no que se refere à política social no Brasil. Também serão abordados os avanços e retrocessos da política social após a promulgação da Constituição de 1988 e as demais legislações competentes.

## 1. POLÍTICA SOCIAL

### 3.1 Pontuando o contexto histórico das Políticas Sociais - Pré Constituição Federal de 1988

De acordo com Behring (2010), não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de Políticas Sociais.

Sendo consideradas como processo social, elas se gestaram na junção dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. Na compreensão de Pereira (2011), esses acontecimentos só ajudam a desnudar a índole igualmente exploradora do capitalismo industrial, apesar da riqueza que foi capaz de produzir e acumular. Neste contexto, entende-se a contínua luta dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de trabalho e de existência. Este fato redundou na expansão da cidadania das esferas civil e política para o social, requerendo Políticas Sociais como direitos devidos.

Pereira (2011) acrescenta que a Política Social só ganhou densidade institucional e dimensão cívica quando o *Welfare State* que, para muitos, começou a ser formado na Europa no ultimo terço do século XIX, se firmou em meados do século XX, como a instituição diretamente responsável pelo atendimento de necessidades sociais agravadas pelo inexorável desenvolvimento capitalista.

Segundo Vieira (2009), a Política Social consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas, não podendo ser compreendida por si mesma. Não se definindo a si, a Política Social é uma maneira de expressar as relações sociais, cujas raízes se localizam no mundo da produção. Ainda conforme Vieira, na história do capitalismo, as questões relacionadas com a Política Social irrompem com o aparecimento do movimento operário, em especial no século XIX, onde “antes de traduzir-se em estratégia governamental, a problemática concernente à Política Social esta presente nas principais reivindicações trabalhistas do século passado” (VIEIRA, 2009, p. 143).

Para Pereira (2011), a lei do Seguro Social inaugurada por Bismark, nos anos 1880, indicava o reconhecimento das autoridades públicas de que a pobreza no capitalismo era produto do próprio desenvolvimento predatório desse sistema que, para ser preservado, exigia

que o Estado protegesse o trabalhador contra a perda de renda advinda de doenças, acidentes, envelhecimento, mortes, dentre outras contingências sociais.

Neste sentido, a iniciativa alemã não deixou de ser um avanço significativo na história da Política Social secularmente caracterizada como um “socorro paliativo aos pobres, mesmo que se restringisse a um grupo estrategicamente específico – o trabalhador” (Pereira, 2011, p. 60-61). Por isso, é importante registrar que, historicamente, a legitimação do Seguro Social pelo Estado significou a inauguração de uma prática que se faz presente até hoje, de tratar a Política Social como direito requerido pela sociedade e encampado pelos poderes públicos. Assim:

[...] o Estado acaba assumindo alguns destes reclamos, ao longo de sua existência histórica. Os direitos sociais significam antes de qualquer coisa a consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, mas sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente do momento. (VIEIRA, 2009, p.144).

Adotar as bandeiras pertencentes à classe trabalhadora, mesmo que quando isto se configure melhoria nas condições humanas, significa a necessidade de manter a dominação vigente<sup>3</sup>.

O *Welfare State*, exemplo mais clássico dessa intervenção, construído depois da Segunda Guerra, configurou-se na política responsável pelos serviços sociais, considerados desde então, como direitos sociais. Segundo Faleiros (2009), o *Welfare State* se caracterizou pela implementação de direitos sociais, fundos públicos e acesso universal, ou seja, ao acesso a direitos universais estava garantido por fundos públicos, independentemente do mercado e do mérito individual, contanto que houvesse o pressuposto da lei, que admita tanto o critério das contribuições, como o critério das necessidades de saúde, educação, habitação, renda mínima e de serviços psicossociais.

“Combinava-se, assim, a perspectiva da cidadania com a desmercadorização ou desmercantilização da força de trabalho, a garantia de direitos ao trabalhador no sistema capitalista de produção” (FALEIROS, 2009, p.66). É um processo contraditório que pressupõe as lutas e conflitos de classe para que o trabalhador seja considerado cidadão, ou seja, as pré-condições do capitalismo não são abolidas, mas modificadas.

De acordo com Pereira (1998), as Políticas Sociais providas pelo sistema de seguridade social no *Welfare State* podem ser classificadas de duas formas:

---

<sup>3</sup> Exemplo clássico foi o que ocorreu em meados do século XIX até a primeira metade do século XX com as experiências significativas de intervenção Estatal no campo social, mais especificamente nos países da Europa central.

a) como políticas contributivas, contratuais e mercadorizáveis, voltadas para o atendimento de necessidades apresentadas por cidadãos inseridos no mercado de trabalho e/ou sistema previdenciário contributivo; b) e políticas distributivas, não contratuais, não contributivas e dismercadorizáveis, desenvolvidas sob a forma de prestação de serviços sociais públicos, total ou parcialmente custeados pelos Estados e estende-se a todos os cidadãos. (PEREIRA, 1998, p. 61-62).

Porém, nos anos 1970, o modelo de Estado de Bem-Estar Social adotado pela maioria dos países europeus centrais entra em crise, que se revelou estrutural e se prolonga até os dias de hoje. Os ideais liberais vem à tona, fundamentando uma nova perspectiva de análise do papel do Estado, sendo esta nova fase chamada de neoliberalismo<sup>4</sup>.

As teses neoliberais atribuem a crise às Políticas Sociais do modelo keynesiano<sup>5</sup>, que seriam as responsáveis pelo “aumento do déficit público, pelo retorno da inflação, pela recessão econômica e pelo declínio dos investimentos” (GOUGH, 1982 *apud* PEREIRA, 1998, p. 64), e ao “poder excessivo dos sindicatos”, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a descentralização dos níveis de lucro das empresas e a inflação. De acordo com Behring, (2000), para enfrentar a crise, o sistema capitalista se baseou em algumas propostas fundamentadas na perspectiva neoliberal:

- 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda;
- 2) um Estado fraco para os gastos sociais e econômicas;
- 3) regulamentações a busca da estabilidade monetária como meta suprema;
- 4) uma forte disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego;
- 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos;
- 6) e o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político anterior. (BEHRING, 2000, p. 28).

Estas propostas transformaram-se em programas de governo de alguns países, como Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha no final dos anos 70 e início dos anos 80. Bering (2009) acrescenta que, apesar do controle da inflação e retomada das taxas de lucros,

---

<sup>4</sup> O padrão de organização institucional e política, que integrou o contrato ao status de cidadania e permitiu aos trabalhadores e aos pobres em geral obter ganhos relativos em sua luta endêmica contra o capital, teve significativa expressão só até os anos 70. A partir daí, devido aos choques do petróleo e ao desequilíbrio do sistema monetário internacional, o Welfare State, a Seguridade Social e a Política de pós-guerra sofreram fortes abalos em suas concepções e propostas e foram confrontadas com o retorno do ideário liberal. (Pereira, 1998, p.63).

<sup>5</sup> Modelo keynesiano – Neste modelo toda a oferta cria a sua própria demanda e o mercado pode se manter em equilíbrio pela sua própria dinâmica. Tal modelo tinha direta vinculação com a economia política liberal clássica de Adam Smith e David Ricardo, que eram defensores da ideia de que existia uma “mão invisível” regulando o mercado. Keynes argumentava que tal equilíbrio somente seria assegurado se um agente externo ao mercado regulasse variáveis-chaves do processo econômico. Esse agente seria o Estado (a máxima autoridade pública) e as variáveis a “propensão ao consumo” e o “incentivo ao investimento” (Pereira, 2011, p. 90-91).

fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não ocorreu uma reanimação do capitalismo com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior.

No Brasil, atualmente, ainda existe um sistema de Seguridade Social, com suas respectivas políticas e programas, porém, sofreu mudanças de acordo com o projeto neoliberal, que não teve como finalidade atender de maneira mais eficaz as demandas e necessidades do cidadão, pelo contrário, seu objetivo visou desresponsabilizar o Estado das antigas e novas demandas sociais. Diante deste contexto, a imposição de uma nova divisão do trabalho, determinada pelo atual processo de globalização e desregulação da economia, vem requerendo outra divisão de responsabilidade entre Estado, mercado e sociedade, no que se refere à proteção social.

No final dos anos 1990, podemos observar algumas conseqüências da política do modelo neoliberal que, de acordo com Behring são:

O crescimento da pobreza, do desemprego e da exclusão, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo. Prevalecem taxas medíocres de crescimento e maiores endividamentos públicos e privados, com predomínio do capital especulativo sobre o investimento produtivo. Esse processo se manifesta pela privatização ou pelo apoio dado pelo Estado à rentabilização dos empreendimentos privados de saúde, educação, habitação, etc. O Estado realiza suas políticas por uma série de intermediários, numa mistura entre o público e o privado, com a associação direta às multinacionais, seja pela compra e controle da tecnologia empregada, seja pelo controle direto da propriedade das empresas sociais. Em relação à política, observa-se uma crise da democracia, com visível esvaziamento das instituições democráticas por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretórias. (BEHRING, 2000, p.30)

De acordo com Pereira (2012), a Política Social brasileira tem em suas definições, influência do processo mundial de reestruturação capitalista que, embora se processem de maneira diferenciada, estão diretamente interligadas. Na concepção de Pereira:

As mudanças atualmente verificadas nos fundamentos e na prática da política social brasileira não ocorrem de forma isolada, unilateral e autônoma. Pelo contrário, elas fazem parte do processo mundial de reestruturação capitalista, iniciado no final dos anos 1970, cuja justificação ideológica encontra guarida no credo neoliberal desde então dominante. (PEREIRA, 2012, p.730)

A autora acrescenta que a história mostra que, desde 1930, o país sofreu grandes transformações que mudaram de forma marcante a sua fisionomia econômica, política, social e cultural. “Só que, contraditoriamente, essas transformações se realizaram combinando rupturas e continuidades e, preservando ranços conservadores”. (PEREIRA, 2012, p. 731).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Segundo Pereira (2012) foi em meio a essa reorganização econômica, social e política que a Política Social no Brasil se instituiu, nos anos 1930, associada formalmente a direitos sociais reivindicados por trabalhadores organizados, mas submetida a práticas populistas do governo de Getúlio Vargas. Enquanto nos países capitalistas



Na concepção de Fagnani (2005) *apud* Pereira (2012) no que se refere à política social, a sociedade brasileira continua apresentando a seguinte configuração:

De uma sociedade que nunca conseguiu vencer, como fizeram varias nações capitalistas do Ocidente, a polarização entre ricos e pobres; as deficiências estruturais e acumuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, qualificação dos trabalhadores desempregados; e problemas crônicos nas áreas da infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, transporte), da reforma agrária e das políticas de emprego e renda. E na base desses déficits sociais residem duas principais determinações: a condição capitalista periférica do Brasil e, portanto de seu desenvolvimento retardatário; além da sua cultura colonialista; e as ditaduras que golpearam o país e castigaram severamente as camadas mais desprotegidas da sociedade, dado ao aumento da concentração de riqueza. (FAGNANI, 2005 *apud* PEREIRA, 2012, p.736)

Na década de 1980, cabe mencionar um fato importante no histórico de altos e baixos do desenvolvimento brasileiro e da sua política social. Ao mesmo tempo em que ocorreu a recessão econômica acompanhada de inflação, endividamento do setor publico e de baixas taxas de crescimento, o processo constituinte representou um passo importante na redemocratização do país, pois abrangeu aspectos particulares da vida política, social e econômica. Na compreensão de Couto (2004):

O Brasil que em 1985 apresentava uma nova face no que se refere ao processo de reorganização política, orientado sob a égide da democracia, também ampliou sua herança para com a face da desigualdade social. Expandiu-se o estoque da pobreza, resultante dos períodos anteriores, mas especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com

---

centrais as políticas sociais conquistadas pela classe trabalhadora floresceram sob a égide das chamadas democracias burguesas, no Brasil tais políticas floresceram e se adensaram nas ditaduras, sob as bênçãos da burguesia. Getúlio Vargas buscava, com sua política trabalhista, ao mesmo tempo, controlar as greves dos trabalhadores e os movimentos operários e estabelecer um sistema de Seguro Social. “o modelo getulista de proteção social se definia, em comparação com o que se passava no mundo, fragmentado em categorias, limitado e desigual na implementação dos benefícios, em troca de um controle social das classes trabalhadoras”. (FALEIROS, 2000, p. 46). Pereira (2012) acrescenta que nos anos 40, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a finalidade inicial de atender as famílias de pracinhas envolvidos na guerra e, posteriormente, passou a dedicar-se a proteção da maternidade e da infância carente, implantando postos de serviços de acordo com interesses, apoios e conveniências, buscando legitimar o Estado junto aos pobres. Nessa época, o assistencialismo predominava na distribuição de benefícios sociais, caracterizados como obras de caridade, na maioria religiosos e provenientes de ações de primeiras-damas. Em 1960, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, que definia a unificação dos benefícios dos vários institutos, pondo em ordem as mais de 300 leis referentes à Previdência Social. O contexto político da época era populista, no qual o governo fazia apelo a uma ideologia difusa de adesão das massas. Em 1964, o golpe militar instaurou o período de ditadura no Brasil que durou até 1988. Neste período, o Brasil se desenvolveu economicamente com a expansão da produtividade, modernização da economia e entrada do capital estrangeiro. Porém não existia legitimidade política nas relações entre Estado e sociedade, “o bloco militar-tecnocrático-empresarial no poder procurou obter o apoio social da população com certas medidas sociais” (Faleiros, 2000, p. 47). Em 1966, foram unificados os institutos de previdência num único organismo, dentro da política centralizadora do governo federal, e foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Foram feitos convênios entre o INPS e grandes empresas para que o trabalhador fosse atendido no local de trabalho, usando-se o esquema de saúde e segurança no trabalho que deveria contribuir para o aumento da produtividade.

uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais. (COUTO, 2004, p. 141).

Para a autora, essa situação não é novidade nesse período histórico, pois a concentração de renda é característica persistente na história do Brasil, sendo que as demandas sociais já existiam e eram tratadas de maneira pontual e fragmentadas. “Ou seja, a desigualdade persiste na história brasileira, tanto que a exclusão pode ser considerada uma característica constitutiva do Estado brasileiro desde seu tempo de colônia” (REIS, 1999 *apud* COUTO, 2004, p. 142). Pereira (2012) sinaliza que, ao fim da ditadura e com a vinda de um novo período de redemocratização, a conquista de maior simbolismo foi à promulgação, em 1988, da Constituição da República, conhecida como a Constituição “cidadã”.

A Constituição Federal de 1988 ressignificaria o papel do Estado brasileiro ao criar um arcabouço jurídico que institucionalizaria as Políticas Sociais. A seção específica denominada “Da ordem social” dispõe aspectos relativos à Seguridade Social em três áreas: Assistência Social, Saúde e Previdência social. A saúde aparece com de caráter universal, a assistência social para quem dela necessitar e a previdência social como de caráter contributivo. Cada uma dessas Políticas Sociais passaria a ter sua instrumentalidade definida em termos de financiamento, gestão e participação popular, via conselhos de políticas públicas.

Concebendo essas três políticas como um conjunto integrado de proteção social pública, na perspectiva da cidadania, a Constituição introduziu, de fato, tanto do ponto de vista conceitual quanto do arranjo institucional, inovações na experiência brasileira de bem-estar. Assim, além de considerar tais políticas como mecanismos imprescindíveis de concretização de direitos, concebeu um novo modo de financiamento da área, apoiado em fundo e orçamento únicos, e redefiniu benefícios e formas de organização pautadas pelo princípio da universalização. (DRAIBE, 1993 *apud* PEREIRA, 2011, p.155).

Conforme constata a autora, em pleno processo de efervescência da promulgação de 1988 e das discussões críticas em torno de suas conquistas, o Brasil se tornou signatário de acordo firmado com organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio das orientações contidas no Consenso de Washington.

De acordo com Couto (2004), o campo da política social pública brasileira apresenta-se permeado por contradições, em que por um lado há a garantia constitucional da Seguridade Social e do tripé que a compõe: Previdência Social, Saúde e Assistência Social e de suas respectivas leis, enfeixando assim, após 1988, e por outro, a presença dos pré-conceitos que permeiam a compreensão sobre o acesso a políticas públicas e o papel do Estado e da sociedade brasileira na garantia desse acesso.

Neste sentido, a introdução no campo jurídico formal do direito a ter direito na Assistência Social é importante e contraditório, pois a “introdução da Assistência Social como Política Social da área da seguridade social incorpora uma inovação conceitual, mas também reitera as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira”. (COUTO, 2004, p. 162). A Assistência Social transita de um campo que historicamente assenta-se na órbita da relação pessoal, tratada como particularidade da esfera privada com recursos insuficientes, com programas fragmentados, na maioria das vezes, fundados na esfera da moralidade, para a esfera pública e afiançadora de direito social.

Reconhece-se que as medidas de assistência realizam certa redistribuição de renda, mas limitadas sempre a um nível mínimo, a uma parcela restrita da população e com um controle rígido. As lutas pela igualdade de acesso e pela produção de desigualdade são mantidas. O trabalhador, no regime de assistência social, continua tão inseguro como antes, sendo “retirado” e “empurrado” ao mercado de trabalho, mantido como reserva ou como inútil ativo.

Para Faleiros (2009), a análise da Política Social não pode ser colocada em termos de um esquematismo rígido, de leis imutáveis, como se a realidade se desenvolvesse segundo um modelo teórico ideal. Para o autor, se há um campo onde se torna necessário considerar o movimento real e concreto das forças sociais e da conjuntura, é o da Política Social.

A análise da Política Social implica, assim, metodologicamente a consideração do movimento do capital e, ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador, da sua reprodução imediata e a longo prazo. É necessário considerar também as conjunturas econômicas e os movimentos políticos em que se oferecem alternativas a uma situação do Estado. (FALEIROS, 2009, p.59).

Neste sentido, entende-se que a Política Social é um processo histórico, complexo, internamente contraditório e não um sistema, um ato formal do Estado ou de governo, ou ainda, uma receita pronta, uma mera resposta institucional, ela pode mudar de tendência e ser colocada a serviço do trabalho na sua luta endêmica contra o capital. Tudo vai depender do impacto das mudanças estruturais em curso sobre os rumos da história, do regime político vigente, da organização e movimento da sociedade e da correlação de forças presente nos dias atuais.

O Estado e suas políticas situam-se num marco histórico-estrutural, e não é dentro de uma lógica formal abstrata que se pode compreender suas funções, mas na correlação de forças e lutas sociais e políticas que articulam os movimentos da sociedade com setores do legislativo e do executivo, formando blocos de pressão e negociação onde os interesses dominados podem se manifestar a obter algumas conquistas. Nessa perspectiva, as formas de legitimação do Estado passam por transformações ao longo da história e, segundo a correlação de forças, numa determinada conjuntura política. (FALEIROS, 2009, p. 79).

Neste sentido, as políticas sociais têm um importante desafio de enfrentar as desigualdades sociais e econômicas na conjuntura do modelo neoliberal, buscando garantir a universalidade e a igualdade dos direitos sociais a todos que permanecem precarizados em suas condições de vida, trabalho e cidadania. Portanto, o desafio é concretizar a política social, uma tarefa indispensável e necessária, que requer de todos uma compreensão das possibilidades e limites do campo assistencial no enfrentamento da pobreza e no necessário balizamento das condições gestadas pela sociedade capitalista contemporânea.

### 3.2 Pontuando o contexto histórico das Políticas Sociais - Pós Constituição Federal de 1988

Nos anos 1990 novas orientações econômicas, aliadas a uma conjuntura interna de forte processo de recessão e de inúmeros escândalos sobre corrupção, deram base para a eleição do político, até então inexpressivo em nível nacional, Fernando Collor de Melo, que, com uma plataforma indicando moralização na política como a “caça aos marajás”, “teve apoio dos diferentes partidos de direita e de centro, bem como da grande mídia nacional”. (COUTO, 2004, p.145). Em seu mandato, que foi do ano de 1990 a 1992, Collor adotou medidas de caráter neoliberal, populista, clientelista e assistencialista. Seu mandato acabou com um processo de *impeachment*, em decorrência das denúncias de corrupção. Uma conquista importante em seu governo foi à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dentro deste contexto, a criança e o adolescente passam a ser compreendidos como sujeitos de direitos, sendo esta lei regulamentada pelos preceitos da Constituição de 1988. Após a saída de Collor, seu vice, Itamar Franco, assume a presidência até o término do mandato em 1994. Em relação ao campo social, no governo Itamar Franco, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. “A aprovação dessa lei foi resultado do movimento de parcela da sociedade civil, de organismos de classe e da ação do Ministério Público, que ameaçava processar a União pelo descuido com a área”. (COUTO, 2004, p.147, 148).

No que se refere aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-98/1999-2002) percebe-se uma rejeição aos preceitos constitucionais favoráveis a ampliação dos direitos sociais no país. Conforme Pereira (2012), foi com Fernando Henrique Cardoso, portanto, que ocorreu a maior incompatibilidade entre a agenda governamental e os direitos sociais previstos na Constituição de 1988.

Ao privilegiar, políticas monetárias, cambiais e fiscais implícitas no seu Plano Real, em detrimento de uma política econômica socialmente referenciada, o Brasil voltou

a obter elevados índices de desemprego formal, de achatamento dos salários, de aumento da carga tributária, de privatização do patrimônio público, de desfinanciamento das políticas sociais, de repúdio à política de Assistência Social, cujas funções passaram a ser transferidas para o setor voluntário da sociedade, reeditando-se, assim, o velho assistencialismo. (PEREIRA, 2012, p.743).

Dentro deste contexto, pode-se dizer que nesse governo prevaleceu uma política monetária aliada a uma ousada e desastrosa prática de privatização das empresas estatais, mediante a qual, o setor privado da economia foi agraciado com renda, riqueza e patrimônio, em detrimento do bem-estar social da população.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde se depositou esperanças de se contrapor às políticas neoliberais de seus antecessores, também se mostrou, nos seus dois mandatos (2003-06/2007-10), fiel seguidor desses preceitos. “Lula seguiu a senda neoliberal aberta por Collor e alargada por FHC, para acabar por aumentar a autonomia do capital” (OLIVEIRA, 2010 *apud* PEREIRA, 2012, p. 743). O governo Lula, que se iniciou em 2003, deparou-se com um cenário desolador do ponto de vista das expectativas das esquerdas, caracterizado, de um lado pelo refluxo das lutas sociais e da combatividade das hostes trabalhistas<sup>7</sup>, de outro, pela desfiguração da Constituição e desmonte das bases financeiras do sistema da Seguridade Social. Dentro deste contexto Pereira (2012) acrescenta que:

De par com esse processo, ao optar pelo não rompimento com os fundamentos da política neoliberal, o governo Lula, no seu primeiro mandato (2003-2006), não só continuou com a política de ajuste macroeconômico do governo FHC, como a intensificou; e, ao lado do reforço à estabilização econômica, realizou uma mini reforma tributária para elevar a receita da União e uma nova reforma da Previdência para estabilizar o déficit do regime previdenciário dos servidores públicos em relação ao PIB (Produto Interno Bruto). (PEREIRA, 2012, p. 744-745).

Este fato repercutiu negativamente nas políticas sociais e nas condições de vida da classe trabalhadora, pois junto com essas medidas, a concentração de riquezas manteve-se intocada. “A hegemonia do capital financeiro, o monopólio da terra e os fundos privados de pensão foram preservados e incentivados”. (PEREIRA, 2012, p. 745). Neste sentido, não se pode dizer que o governo Lula tenha realizado alguma mudança significativa no que se refere às políticas sociais, não desconsiderando o seu empenho em acabar com a fome no país através do programa Bolsa Família, e de ter conseguido expressivo crescimento econômico. De acordo com Pereira (2012) em seu segundo mandato, Lula expandiu a cobertura do

---

<sup>7</sup>“Quando Lula finalmente chega ao governo, já se havia imposto ao longo dos anos 1990, tanto no Brasil como na América Latina e no mundo, a hegemonia neoliberal com todas as suas implicações”. (Sader 2011, *apud* Pereira, 2012, p.744). O governo Lula adotou uma postura ambígua: optou pela continuidade da herança recebida, mas sem se descuidar da incorporação de parte das reivindicações dos ‘de baixo’. (Pereira, 2012, p. 744).

programa Bolsa Família abarcando mais de 12 milhões de unidades familiares de baixa renda. Pereira acrescenta de acordo com documentos oficiais (MDS, 2011), neste governo retirou-se 28 milhões de pessoas da pobreza, levando 36 milhões à classe média reduzindo para 16,27 milhões o número de brasileiros em estado de pobreza absoluta ou de miséria. As estatísticas também mostram que:

No período compreendido entre 2002 e 2010 o desemprego caiu de 12% para 5,7% e o rendimento das pessoas ocupadas aumentou em 3,5% em termos reais. Além disso, a partir de 2004, o volume de ocupações formais começou a crescer, atingindo, em 2009, um recorde histórico, 59% dos trabalhadores com carteira assinada; e o salário mínimo teve pequena valorização em termos reais. (IBGE/PNAD, 2009, *apud* PEREIRA, 2012, p. 745).

Pereira (2012) acrescenta que o governo de Lula melhorou as condições sociais de muitos brasileiros, mas ao mesmo tempo aumentou a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país. Neste sentido:

Foi no governo Lula que o enfrentamento da pobreza absoluta teve a maior visibilidade política de sua endêmica existência, mas, paradoxalmente, isso foi acompanhado da garantia de altos lucros, comparáveis com os mais altos da história recente do Brasil. Portanto se a pobreza absoluta ou extrema preocupou o governo, o combate à concentração de riqueza não foi alvo dessa preocupação. (PEREIRA, 2012, p.746).

Dentro deste contexto de dominação do capital financeiro, da precarização globalizada do trabalho e de crise fiscal do Estado, o pacto dominante é de redução da responsabilidade pública e de aumento da responsabilidade privada e individual pela reprodução do sujeito, como aumento da polarização entre ricos e pobres.

O fato de se apresentar como *social* uma medida política governamental, faz com que pareça boa à população. Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo em que oculta e escamoteia a vinculação dessas medidas à estrutura econômica e a acumulação de capital. (FALEIROS, 2009, p.62).

Neste governo ainda é importante evidenciar que em Setembro de 2004 foi aprovada em reunião do Colegiado do CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O papel central da referida política é assegurar o direito social, na perspectiva do atendimento das necessidades sociais básicas da população usuária.

A Política Nacional de Assistência Social expressa a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. Dentro deste contexto, “a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e

regulamentada pela LOAS como política social pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal”. (BRASIL, 2004, p. 25). Trata-se, portanto, de transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição de 1988 e da LOAS, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo uma urgente, necessária e nova agenda para a cidadania no Brasil.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (PNAS, 2004, p.9).

De acordo com Couto (2004), essa definição da Política de Assistência Social engloba diversos aspectos inovadores: a sua definição como Política Social; a definição de que é possível existir provisão social sem que para isso, seja necessária a contribuição financeira de quem é demandatário da política; e o caráter universalizante, colocando-a no rol de integração com as demais políticas sociais e, principalmente, econômicas.

Assim, o texto definidor da PNAS estabelece claramente objetivos vinculados à promoção da inclusão dos destinatários da política de Assistência Social, assegurando o acesso aos bens e serviços sociais básicos. Os usuários da Política de Assistência Social são:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Para garantir a proteção social do complexo escopo de demandas descritas acima, a política de assistência social foi organizada em dois níveis de proteção social – a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (de média e alta complexidade). A Proteção Social Básica<sup>8</sup> tem como um de seus equipamentos os Centros de Referência de Assistência Social –

---

<sup>8</sup> Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p. 27). São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que: “Potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.” (BRASIL, 2004, p. 29).

CRAS, porta de entrada do Sistema Único da Assistência Social e tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A Proteção Social Especial organiza os serviços e programas destinados a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, violência física, psicológica e/ou sexual, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras, de acordo com Brasil (2004). Organizada em “média complexidade”- tem entre seus aparelhos os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, em que oferecem atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos<sup>9</sup>. De acordo com a PNAS, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade destina-se à garantia de proteção integral – moradia, alimentação, dentre outros mínimos sociais – para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário<sup>10</sup>.

O acolhimento institucional (instância referencial das análises sistematizadas no próximo item) é classificado pela PNAS (2004) como uma medida de proteção de alta complexidade, pois se constitui em atendimento às crianças e adolescentes que tem seus direitos violados ou ameaçados, sendo afastados do convívio familiar. De acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes “A proteção integral a que têm direito as crianças e os adolescentes acolhidos deve ser viabilizada por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local” (BRASIL, 2009, p. 37).

Importante destacar que a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito encontra-se nesta categoria de proteção, sendo que acolhe institucionalmente crianças e adolescentes. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010):

Esses serviços visam garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o

---

<sup>9</sup> Os seguintes serviços são organizados na proteção social de média complexidade: 1) Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; 2) Plantão Social; 3) Abordagem de rua; 4) Cuidado no domicílio; 5) Serviço de habitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; 6) Medidas socioeducativas em meio- aberto ( Prestação de Serviços à comunidade- PSC e Liberdade Assistida- LA). (BRASIL, 2005, p. 31).

<sup>10</sup> Nesta proposta de proteção social, são ofertados: 1) Atendimento Integral Institucional. 2) Casa Lar. 3) República. 4) Família Substituta. 5) Família Acolhedora. 6) Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada) 7) Trabalho protegido. (BRASIL, 2004, p. 32).



**fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários** e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (BRASIL, 2010, p. 38).

De acordo com ECA/1990, referenciado no que prevê a Constituição Federal<sup>11</sup>, enfatiza no art. 19, o direito à convivência familiar e comunitária estabelecendo que “toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. Em função desse princípio, o ECA estabelece a excepcionalidade e a provisoriedade do Acolhimento Institucional, assegurando a preservação dos vínculos familiares e a “integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, natural ou extensa” (Art. 92<sup>12</sup>). Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento de vínculos ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento - visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referências da comunidade da criança e do adolescente, por exemplo, conforme Brasil (2009).

O acolhimento institucional ainda deve seguir o princípio da excepcionalidade e da provisoriedade, cujo § 2o, do art. 19 do ECA/1990, prevê: A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. Assim como: “Em nenhuma hipótese a perspectiva de um acolhimento de longa permanência deve acarretar a desistência pela busca de alternativas para se garantir à criança e ao adolescente seu direito ao convívio familiar, prioritariamente com a família de origem e, excepcionalmente, a substituta” (BRASIL, 2009, p. 20).

A promoção da reintegração familiar é também responsabilidade das entidades que acolhem crianças e adolescentes, e inclui a família extensa como possibilidade da criança e do adolescente preservar os vínculos familiares. Porém, este processo ainda se constitui em um

---

<sup>11</sup> A Constituição Federal de 1988 prevê no art. 227 o direito à convivência familiar e comunitária: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à **convivência familiar e comunitária**, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (grifo nosso).

<sup>12</sup> De acordo com o art. 92 do ECA, as entidades de acolhimento familiar ou institucional devem adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

grande desafio para a realidade brasileira, uma vez que a prática reiterada historicamente sempre esteve muito mais voltada à institucionalização, conforme Brasil (2006)<sup>13</sup>, que busca romper:

Com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e fortalecer o paradigma da proteção social e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA. A manutenção dos vínculos familiares e comunitários- fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e cidadãos esta diretamente relacionada ao investimento nas políticas publicas de atenção a família. (BRASIL, 2006, p.17).

O presente Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa e Garantia do direito de crianças e adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária ressalta que, somente quando forem esgotadas todas as possibilidades para o retorno ao convívio da família de origem, poderá se utilizar o recurso para o convívio da família extensa, ou seja, reafirma a importância da “preservação dos vínculos familiares, na qualidade dos atendimentos prestados nos serviços de acolhimento e na construção de estratégias para o retorno ao convívio com a família de origem” (NUESCH, 2010, p. 18).

De acordo com Brasil (2009), “Os serviços de acolhimento devem estar localizados em áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e sócio-econômico, do contexto de origem das crianças e adolescentes” (BRASIL, 2009, p. 50). A aproximação dos acolhidos com o contexto de origem preserva os vínculos comunitários já existentes e evita que, além do afastamento da família, o acolhimento implique no afastamento da criança e do adolescente de seus colegas, vizinhos, escola, atividades realizadas na comunidade, etc.

O acolhimento não deve significar, ainda, privação do direito à convivência comunitária. Nesse sentido, o serviço de acolhimento, em parceria com a rede local e a comunidade, deverá empreender esforços para favorecer a construção de vínculos significativos entre crianças, adolescentes e comunidade. Para evitar prejuízo ao convívio com a comunidade, espaços públicos e instituições, os serviços de acolhimento não deverão concentrar em suas dependências equipamentos destinados à oferta de serviços de outra natureza, como, por exemplo, de atendimento médico, odontológico, educação infantil (“creche”), etc. Do mesmo modo, não deverão concentrar espaços de lazer geralmente não disponibilizados em unidades residenciais, como quadras poliesportivas, etc.(BRASIL, 2009, p.51).

---

<sup>13</sup> Aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio de um processo participativo, envolvendo representantes das esferas municipal, estadual e federal, sociedade civil organizada e organismos internacionais. Segundo Nuesch (2010, p.18) “foi proposto um Plano que garante a convivência familiar e comunitária, com políticas destinadas à família e não apenas focadas na criança e adolescente”.

Neste sentido, a criança e o adolescente acolhido participam da vida diária da comunidade e tem a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com a mesma. Assim, entende-se que se deve propiciar sua participação nas festividades e demais eventos da comunidade, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer, disponíveis na rede pública ou comunitária.

A convivência familiar e comunitária não depende apenas da família, mas também da sociedade e do Estado por meio de políticas públicas voltadas à família e à comunidade e de investimentos na área da saúde, educação, habitação, segurança, distribuição de renda, meio ambiente, esporte, cultura, entre outros, conforme Brasil (2006).

Na próxima seção tem-se como propósito trazer, a partir da vivência de estágio na Casa de Acolhimento Vitória de Brito, um pouco da dinâmica de uma instituição de acolhimento. Também se buscou abordar os caminhos percorridos pela família das crianças e adolescentes acolhidos, no que se refere às políticas e programas destinados ao atendimento dos mesmos.

## **4. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO MEDIDA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

### **4.1 Experiência de estágio: Uma aproximação da dinâmica do acolhimento institucional de crianças e adolescentes**

Conforme exposto anteriormente, a realização do estágio obrigatório I e II no ano de 2013, na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito, foi inspirador do estudo proposto neste trabalho. A referida Casa de Acolhimento é um dos projetos pertencentes ao Centro Cultural Escrava Anastácia - CCEA. O CCEA é uma ONG e foi fundada em 1998 na Capela Nossa Senhora do Monte Serrat. Atualmente, possui 09 Projetos que estão em execução em vários segmentos atendendo crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

No ano de 2010 o Ministério Público solicitou aos representantes do Centro Cultural Escrava Anastácia a elaboração de um novo projeto (Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito) e assumiu o convênio com a instituição. O CCEA então assumiu o compromisso de ter um programa de acolhimento institucional, visando promover a proteção de crianças e adolescentes em situação de risco e com os seus direitos violados. O projeto foi intitulado de Darcy Vitória de Brito em homenagem a uma das fundadoras e colaboradoras do CCEA que, atualmente, ocupa o cargo de vice-presidente da instituição. No que se refere à Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, foi fundada em 01 de Abril de 2010 e destina-se ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos incompletos, de acordo com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A escolha dessa temática ocorreu por alguns fatores observados no período de realização de estágio obrigatório I e II, dentre os quais seriam importantes destacar: a experiência no campo de estágio propiciou um maior entendimento do papel do acolhimento institucional, onde a instituição tem como finalidade proporcionar um espaço seguro para aquelas crianças e adolescentes que necessitem estar acolhidas, mesmo que em caráter provisório; outra questão importante a ser indicada está no atendimento e/ou acompanhamento das famílias dessas crianças e adolescentes que se encontravam acolhidas.

Assim, ao realizar a leitura dos prontuários de cada criança acolhida e dos demais relatórios de atendimento realizados pelo CREAS ou ainda, de outras instituições onde as referidas famílias eram atendidas, estava presente de forma sistemática o encaminhamento caracterizado por “negligência familiar”, praticada contra crianças e adolescentes. Era comum a associação da negligência a questões de higiene e situação econômica, principais argumentos pelos quais crianças e adolescentes eram encaminhadas pelo Conselho Tutelar para serem acolhidas. Este então se tornava um “caminho” para compreender mais detalhadamente em que se constituía essa caracterização familiar.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo identificar como ou de que maneira as famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de Florianópolis demonstram ser atendidas pelas diferentes Políticas Sociais básicas e de modo especial, a Política de Assistência Social. A partir deste objetivo geral, buscou-se o desmembramento em dois objetivos específicos, que são: (1) identificar, por meio dos prontuários estudados, de que forma as famílias demonstram receber contribuições de programas direcionados para o atendimento das famílias de crianças e adolescentes acolhidos no município de Florianópolis; (2) compreender a dinâmica das famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

A metodologia adotada neste estudo pautou-se na pesquisa qualitativa e se utilizou a técnica de pesquisa documental a partir da realização da leitura dos prontuários dos acolhidos na Casa de Acolhimento Darcy Vitoria de Brito, no período de março de 2013 a dezembro de 2013, coincidindo com a realização do estágio, o que possibilitava o acompanhamento das referidas situações. Após a realização da leitura dos 12 prontuários, constatou-se que 07 deles tinham como motivo de encaminhamento para o acolhimento institucional a negligência intrafamiliar. A partir da seleção dos referidos processos, foram refinados os critérios de seleção, sendo estes:

- Prontuários que tiveram como motivo de acolhimento a “negligência” como a principal modalidade de violência caracterizada pelo Conselho Tutelar;
- Crianças e adolescentes acolhidos no período de realização de estágio e que não tinham indicativo de destituição do poder familiar;

Neste sentido, tornou-se relevante o contato com as crianças e os adolescentes acolhidos, como também suas famílias, possibilitando uma maior compreensão da realidade vivenciada por eles.

Os casos apresentados foram escolhidos não por serem exemplos de sucesso de atendimento, mas por trazerem situações complexas, por vezes inesperadas, difíceis

de serem trabalhadas e que nem sempre atingiram os resultados desejados (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

A partir da seleção indicada, (04) quatro prontuários preenchem os critérios indicados, sendo eles<sup>14</sup>:

- a) *Prontuário 01*, neste prontuário o acolhido foi indicado pelo “uso de drogas pelos genitores”.
- b) *Prontuário 02*, a indicação do acolhimento justificava-se pela “dificuldade em garantir as necessidades básicas, principalmente no que diz respeito à alimentação”.
- c) *Prontuário 03*, a indicação do acolhimento está pela “negligência da genitora no que se refere aos cuidados com os filhos e na questão da higiene dos mesmos”.
- d) *Prontuário 04*, a indicação do acolhimento está pela “negligência da genitora”.

Para que a análise qualitativa desta pesquisa documental fosse realizada, foi utilizado como método a análise de conteúdo, que “enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta”. (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p.74). Segundo Bardin (1979) é:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos de objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1979, p.42).

De acordo com Bardin (1979), na análise de conteúdo existem três etapas que são fundamentais:

- 1) **Pré-análise:** nesta etapa realizou-se a leitura e a seleção dos prontuários de onde seriam coletados os dados para a pesquisa a partir dos critérios estabelecidos, como também a organização dos registros e relatórios dos acolhidos, tendo também o propósito de coletar os dados.
- 2) **Descrição analítica:** nesta etapa procurou-se aprofundar a leitura dos prontuários, registros e relatórios dos acolhidos selecionados, sob orientação, em princípio, pelos objetivos gerais e específicos dessa pesquisa.

---

<sup>14</sup> Importante salientar que a pesquisa realizada esta fundamentada nos princípios do Código de Ética do Assistente Social, que prevê o sigilo profissional acerca das informações obtidas. Neste sentido serão utilizados nomes fictícios das crianças e adolescentes acolhidos como também dos referidos membros da família no intuito de preservar a identidade das pessoas aqui mencionadas.

- 3) **Tratamento dos dados e interpretação:** finalmente é nesta etapa em que se realiza a análise dos prontuários e demais documentos referentes aos acolhidos. Nesta etapa ocorre uma reflexão dos prontuários e relatórios colhidos, buscando assim, estabelecer uma relação com a realidade.

Assim, por meio da leitura e análise dos prontuários, pode-se verificar a situação em que a criança e o adolescente se encontram no âmbito familiar e quais são os motivos que levam à medida de proteção em instituição de acolhimento. Também foi possível observar a partir dos prontuários, o contexto em que a família se encontra, sendo que a maioria está em condições precárias, aliando-se a drogadição, violência, negligência e abandono.

Neste sentido, buscou-se fazer uma síntese dos quatro prontuários selecionados a partir dos critérios indicados anteriormente, onde será denominado de “caracterização dos prontuários”. Importante colocar que foi feito uma sistematização mais detalhada. (APÊNDICE C-F).

#### 4.2 Apresentando a Caracterização dos prontuários selecionados

##### **Prontuário 01**

Este primeiro prontuário se refere ao acolhido Ariel, 13 anos de idade, natural de Lages. Seu primeiro acolhimento institucional se deu em Lages devido às denúncias no ano de 2010, de que seus genitores eram usuários de drogas. Em razão dessa situação, o mesmo foi encaminhado para instituição de Acolhimento no município de Lages, ficando acolhido por um período aproximado de dois anos. Após este período, sua irmã Elaine manifestou interesse em assumir a responsabilidade por Ariel, sendo realizado o desligamento do adolescente e a regularização da guarda provisória para sua irmã. O referido adolescente passou a residir em Florianópolis, no bairro Estreito.

Em Abril de 2011 foi registrada denúncia no Conselho Tutelar, Região-Continental, no município de Florianópolis, onde a irmã de Ariel solicitava “ajuda para lidar” com o adolescente, motivada pela dificuldade de seu comportamento. Segundo relatório realizado pelo PAEFI, Elaine “não recebeu atendimento psicossocial para se avaliar as condições de assumir de fato a guarda do irmão, o que possivelmente contribuiu para desencadear as dificuldades apresentadas por ela”.

Em agosto de 2011, o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) recebeu encaminhamento da situação de Ariel através do Conselho

Tutelar-Região Continental. Nesta ocasião, o adolescente encontrava-se em acolhimento institucional na Casa de Passagem do município de Florianópolis, sendo acolhido posteriormente na Casa Lar Emaús. Através de contatos periódicos com a Casa Lar Emaús, o serviço PAEFI teve conhecimento de que o adolescente passaria as férias escolares de Julho de 2012 na casa da irmã e que, posteriormente, seria sugerido a Vara da Infância e Juventude o desligamento do adolescente e o deferimento da guarda provisória novamente para sua Irma - Elaine.

Em Julho de 2012 realizou-se audiência na Vara da Infância e Juventude, onde foram intimados a comparecer os técnicos do PAEFI, a Assistente Social da Casa Lar Emaus, Sra. Elaine e o adolescente, Ariel. Na ocasião foi deferida a guarda provisória do adolescente para a irmã e determinado o acompanhamento da família, tanto da instituição de Acolhimento quanto ao PAEFI, pelo período de seis meses.

Em Agosto de 2012 foi realizado pelo serviço PAEFI atendimento psicossocial para Elaine e Ariel. Segundo relatório do serviço PAEFI, durante o atendimento Ariel permaneceu introspectivo, por outro lado sua irmã manifestou nervosismo verbalizando não ter condições de se relacionar com o irmão, relatando que o adolescente estava faltando às aulas e não a obedecia.

Em outubro de 2012 o adolescente retornou para a Casa Lar Emaús. No referido mês, o serviço PAEFI foi informado pela Assistente Social da Casa Lar Emaús que o adolescente havia se evadido da referida instituição e que, devido ao comportamento do adolescente, estaria solicitando a transferência a Vara da Infância e Juventude para outra instituição de Acolhimento. Após a solicitação, o adolescente foi transferido para o Abrigo Municipal do município de Florianópolis.

No mês de Fevereiro de 2013 o adolescente fugiu do Abrigo municipal e pediu ajuda à Polícia, que acionou o Conselho Tutelar, encaminhando o adolescente para a Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito.

Em outubro de 2013 a equipe técnica da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito realizou uma viagem para Lages, tendo como objetivo a aproximação de vínculos dos familiares com o adolescente. O genitor do adolescente veio com a equipe técnica para Florianópolis para ser internado numa clínica para tratamento referente ao uso de drogas, sendo encaminhado para internação no Lar Recanto da Esperança. Neste mesmo mês realizou consulta no CAPS AD - (Centro de atenção psicossocial álcool e drogas), tendo como objetivo realizar encaminhamento de internação, pois este é usuário de crack. No referido mês, o pai do adolescente procurou a coordenadora da Casa de Acolhimento Darci Vitória de



Brito relatando que havia saído do local no qual estava internado porque o local estava sem água há dois dias, que estava presenciando conflitos entre os outros internos e isso lhe estava causando certo desconforto. Neste mesmo dia foi encaminhado para a Casa de Acolhimento destinada a pessoas em situação de rua, um dos projetos do Centro Cultural Escrava Anastácia.

No que tange ao comportamento do adolescente, antes de ter o contato com o genitor o mesmo tinha desejo de ser cantor de funk ou traficante de drogas. Na escola era considerado um adolescente inteligente, porém não interagia com os colegas, não gostava de realizar atividades em grupo, pois preferia fazer sozinho. Na vivência de estágio, em alguns momentos a equipe técnica da instituição de acolhimento foi chamada na escola do adolescente devido ao seu comportamento agressivo. Após o estreitamento do vínculo familiar, percebeu-se uma mudança no seu planejamento de vida, gostaria de ser Jovem Aprendiz, guardar dinheiro para morar com o genitor, neste período continuaria morando na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito. Percebe-se que o reaparecimento do genitor fez com que Ariel replanejasse seu futuro; na escola Ariel centrou-se, seu relacionamento com as demais crianças da casa também melhorou, ele demonstrou estar feliz e se manteve mais calmo.

## **Prontuário 02**

Este segundo prontuário se refere à adolescente Ana (16 anos), natural de Curitiba/Paraná. Em Outubro de 2007, o Conselho Tutelar – Região Insular registrou denúncia de negligência familiar e violência física contra Ana e seus quatro irmãos. De acordo com o Conselho Tutelar-Região Insular foi aplicado termo de responsabilidade e fornecido orientações gerais para a genitora, bem como foi solicitado o comparecimento do seu companheiro no Conselho Tutelar. A família foi encaminhada por este órgão para o atendimento no CRAS-SUL e recebeu auxílio de cesta básica, doação de roupas e calçados.

Em Fevereiro de 2008 o Programa Sentinela recebeu do Conselho Tutelar- Região Insular, encaminhamento para verificação de denúncia de violência física e negligência perpetrada pelos pais contra Ana e seus irmãos, bem como suspeita de “abuso sexual” perpetrado pelo padrasto contra uma das crianças, que na época tinha dez anos.

Entre Fevereiro a Maio de 2008 a equipe do serviço Sentinela realizou atendimento a família, constatando que as referidas crianças foram vítimas de “negligência severa e violência psicológica pelos responsáveis, bem como a violência física por parte do

companheiro da genitora referente a Felipe um dos irmãos de Ana”. Nas abordagens realizadas pela equipe técnica do referente serviço com profissionais da escola em que Ana e seu irmão encontravam-se matriculados, foi relatado que a família tinha dificuldades financeiras, e que Ana, por diversas vezes, ia para a escola sem comer e que a casa em que residiam era pequena e insalubre. Na comunidade na qual a família residia à equipe técnica do serviço Sentinela foi informada que a mesma encontrava-se em situação bastante precária, tanto no que se refere à alimentação, quanto à moradia. Em virtude das modalidades de violências verificadas pelo serviço Sentinela, foi sugerido por este serviço o encaminhamento para atendimento junto ao POASF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar), bem como advertência aos genitores, Sra. Paula e Sr. Fernando.

Em Março de 2009 a equipe de diagnóstico do serviço Sentinela recebeu nova denúncia de violência sexual envolvendo Ana e seu irmão Felipe, enteados do Sr. Fernando. A partir desta denúncia, houve a intervenção do Conselho Tutelar no sentido de aplicar medida de acolhimento institucional para Ana e seus quatro irmãos. Importante ressaltar que duas irmãs de Ana são filhas do Sr. Fernando e que, nesta ocasião, separou-se da genitora levando suas duas filhas para morar com ele. Já os irmãos Felipe e Joice, enteados do Sr. Fernando, receberam a determinação de acolhimento institucional e Ana não foi encontrada pelo Conselho Tutelar para efetivar a medida de proteção. No que se refere à genitora, nesta época a mesma passou a conviver com o irmão de Fernando e desta união teve um filho. De acordo com o serviço Sentinela foi obtidas informações através de terceiros que ambos foram vistos pelas ruas do centro da cidade, acompanhados pelo bebê e Ana.

Em Maio de 2011, a adolescente Ana foi acolhida provisoriamente na Casa de Passagem, pois se encontrava em situação de rua junto com outras adolescentes no bairro Agrônômica. Ainda no mesmo mês, foi solicitado pelo Conselho Tutelar ao Promotor de Justiça o acolhimento institucional da adolescente, tendo em vista o histórico familiar.

Em Setembro de 2011 o Conselho Tutelar relatou a Vara da Infância e Juventude que a adolescente, após seu acolhimento na Casa de Passagem no município de Florianópolis, por muitas vezes informou aos educadores que iria empreender fuga e queria viver na rua. O Conselho Tutelar Insular, sem alternativas de novas aplicações de medida de proteção e entendendo que a adolescente encontrava-se novamente com seus direitos violados, permanecendo por mais de 30 dias na Casa de Passagem, onde o regime interno especifica que o máximo de permanência no local é de seis dias, entrou em contato com a Casa de Semi Liberdade Frutos do Aroeira.

O Conselho Tutelar solicitou, em regime de urgência, a transferência da adolescente para a Casa de Semi Liberdade Frutos do Aroeira, entendendo que neste espaço os encaminhamentos, no que se refere a escola e aos cursos profissionalizantes, fossem feitos para a adolescente. Posteriormente, abriu-se uma vaga na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito, onde a adolescente foi transferida, retomou os estudos, pois se encontrava irregular na escola por estar morando na rua e entrou no programa jovem aprendiz.

### **Prontuário 03**

Neste terceiro prontuário, encontramos o registro do acolhimento de três irmãos, sendo que Taiane tem 05 anos, Tatiane 09 anos e Tadeu 07 anos de idade, nascidos em Florianópolis. Em 21 de Junho de 2007 o extinto POASF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar) recebeu do Conselho Tutelar Região Insular, encaminhamento para verificar a denúncia de “negligência perpetrada” pela Sra. Cassia contra seus filhos. Quanto à composição familiar, neste período o genitor Sr. Paulo estava morando com Sra. Cassia e os filhos.

Em Março de 2009 a família passou a ser atendida pelo referido programa. Em Maio do decorrente ano, em função do reordenamento dos serviços sócio assistenciais, o POASF foi extinto e a demanda do Programa foi encaminhada para o Serviço Sentinela, sendo encaminhada para Equipe de diagnóstico do referido serviço e atendida no ano de 2011. De acordo com o relatório emitido pela a equipe de Diagnóstico do serviço Sentinela, após obter informações da rede de atendimento, constatou que os irmãos Taiane, Tatiane e Tadeu “eram vítimas de negligência com relação aos cuidados de higiene, saúde e supervisão por parte dos genitores e familiares”.

No ano de 2012 não consta nos prontuários dos três irmãos atendimento a família ou algum relatório de como se deu o atendimento neste período.

Em Agosto de 2013, após a constatação do referente serviço, o Conselho Tutelar solicitou ao Juizado da Vara da Infância e Juventude o acolhimento das crianças referidas acima. O acolhimento institucional se deu em Setembro do decorrente ano.

Em novembro de 2013, a equipe técnica do Juizado da Vara da Infância e Juventude realizou visita domiciliar na residência da genitora, tendo como objetivo fazer um estudo social referente a família. Foi verificado pela equipe que a residência da genitora se encontrava em “precárias condições de habitabilidade”, ou seja, a residência, para a equipe técnica do Juizado, não se encontrava em condições para moradia.

Em Dezembro de 2013 os três irmãos ainda permaneciam acolhidos na instituição, se adaptando com a rotina da mesma. Taiane permaneceu frequentando a mesma creche onde estava matriculada em período integral; já Tatiane e Tadeu foram transferidos para outro colégio que fica próximo da instituição de acolhimento e realizam atividades no contra turno em um projeto do colégio.

#### **Prontuário 04**

Neste prontuário está registrado o acolhimento de duas irmãs, Jessica de 07 anos e Jussara de 10 anos de idade. Neste caso, a família foi acompanhada inicialmente no ano de 2004 pelo Conselho tutelar Região- Insular. O motivo do acompanhamento, a princípio, se deu devido ao fato dos dois filhos da Sra. Daiane, Tiago de 14 anos e Ricardo de 11 anos de idade estarem em situação de rua. Segundo relato do Conselho Tutelar “além de dormirem na rua os mesmos não frequentavam a escola”.

No período de 2005 a 2010 não consta nos prontuários das duas irmãs como se deu o atendimento da família neste período. A equipe técnica da instituição de acolhimento entrou em contato no segundo semestre de 2013 com o serviço PAEFI em busca de informações sobre a família, onde o mesmo relatou que não havia registros da família neste período.

Em Abril de 2011 o Conselho Tutelar foi chamado pela genitora, pois os filhos Tiago e Ricardo estavam novamente em situação de rua. No mesmo mês, o referido órgão foi a residência da genitora averiguar os motivos pelos quais os dois filhos da Sra. Daniele se encontravam na rua.

Em Maio de 2011 o Conselho Tutelar esteve na residência da genitora e constatou que a família vivia em situação de extrema carência econômica, nesta ocasião se encontravam na residência mais três crianças, Ismael de 03 anos com necessidades especiais, Jessica de 07 anos e Jussara de 10 anos de idade. Importante colocar que a genitora encontrava-se desempregada no momento da visita. Ao ser questionada pelo Conselho Tutelar a respeito da evasão escolar dos filhos, a genitora colocou que estava desempregada e que não tinha dinheiro para comprar o passe escolar. Neste mesmo mês a genitora compareceu ao referido Conselho Tutelar informando que, devido às agressões do companheiro, passaria a residir com a avó materna no Norte da Ilha.

Em junho de 2012 Ricardo foi encontrado dentro de um ônibus sem documentos e sozinho, alegando estar indo para a casa da genitora. Após a chegada ao Conselho Tutelar para averiguar a situação, Ricardo foi acolhido na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito.

Em Outubro de 2012 a equipe técnica da instituição de acolhimento realizou a primeira visita na residência, contudo, Sra. Daniele não se encontrava. Importante frisar que a genitora não residia mais com a avó materna em virtude do espaço da residência ser pequeno para acomodar toda a família. Neste período, a genitora passou a residir com sua irmã que informou a equipe técnica da instituição de acolhimento que a genitora não se encontrava na residência, pois foi buscar os filhos na creche e que no momento a mesma não estava trabalhando por causa da rotina que tem com os filhos.

De acordo com o relatório do Conselho Tutelar, em virtude da situação de acolhimento de Ricardo, os irmãos Jessica, Jussara e Ismael também são acolhidos. Jessica é acolhida na mesma instituição de Ricardo, Jussara e Ismael são acolhidos no Lar São Vicente de Paulo. Importante frisar que Tiago se encontrava em situação de rua e por este motivo não foi possível o encaminhamento para uma instituição de acolhimento. Em Fevereiro de 2013, Ricardo se evadiu da instituição de acolhimento.

No segundo semestre de 2013, foi solicitado pela equipe técnica a transferência da criança Jussara para a Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito, o que possibilitou as irmãs Jessica e Jussara a oportunidade de ficarem juntas.

Em dezembro de 2013 as crianças Jessica e Jussara permaneciam acolhidas, recebendo a visita da genitora na instituição.

#### 4.3 Um olhar transversal para os prontuários pesquisados: Análises acerca do atendimento realizado às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional

Como objetivo deste trabalho, buscou-se identificar de que maneira as famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional são atendidas pelas diferentes políticas sociais, em especial, a política de assistência social.

Tomando como referência os critérios indicados anteriormente e a partir dos elementos coletados na análise dos prontuários, foi possível identificar a presença de três categorias que perpassaram os documentos, são elas:

1. A efetividade dos programas e serviços de atendimento a família
2. O acolhimento institucional como medida excepcional e provisória
3. A compreensão do conceito de negligência

Importante destacar que as categorias especificadas acima serão utilizadas como referências de análise para a discussão dos objetivos propostos neste trabalho, a partir dos prontuários selecionados.

#### **4.3.1A efetividade dos programas e serviços de atendimento a família**

Conforme abordado no capítulo II, percebeu-se que, ao mesmo tempo em que ocorrem avanços no que se referem à política social, nos deparamos atualmente com políticas focalizadas e pontuais em decorrência da interferência do modelo neoliberal. De certa maneira, as leis abordadas referentes à política de assistência social no capítulo II, trouxeram melhorias para a população, mas também, perdem seu caráter universal e se limitam a programas e serviços de atendimento fragmentados, não abrangendo a totalidade das demandas trazidas pela população.

Dentro deste contexto, a atuação mínima do Estado faz com que, conseqüentemente, aumente a responsabilidade da família. O perfil dessas políticas é de atuarem somente quando a família “não da conta” de suprir suas necessidades, sem a intervenção do Estado, o que na verdade, deveria ser o papel do mesmo em garantir os direitos sociais para que essas necessidades fossem supridas.

No que se refere aos prontuários analisados, foi possível perceber que ocorreu o registro de “atendimento” das famílias como, por exemplo: visitas domiciliares, visitas institucionais, estudo social, abordagens com a família e reuniões com a rede que atende as famílias. Porém, nos prontuários analisados pode-se perceber que ocorreram poucos encaminhamentos, ou com pouca objetividade, ficando somente no nível da “constatação” no que se refere às demandas trazidas por essas famílias em relação à moradia, alimentação, educação, trabalho, etc. Ou seja, os serviços de atendimento a essas famílias analisadas nos prontuários, não foram suficientes para que o acolhimento institucional das crianças e adolescentes fosse evitado.

No prontuário I isso se reflete no momento em que a irmã de Ariel, ao ter a guarda provisória do adolescente, não recebe nenhuma orientação e apoio enquanto serviço psicológico, para aprender a “lidar” com um adolescente, suas necessidades, como também a organização de sua rotina após obter a guarda provisória do mesmo. Uma vez que “O acompanhamento psicossocial nesse momento é fundamental para auxiliar a família, a criança e o adolescente a construírem novas possibilidades para estarem juntos, apesar da separação vivida” (BRASIL, 2009, p. 36).

Percebeu-se nos documentos contidos nos prontuários que, além da lacuna em certos períodos de atendimento, por vezes chegando há oito meses, como se constata no prontuário I,

essa situação se repete no prontuário IV, onde não houve uma sistematização do atendimento por parte dos serviços, sendo registrado o primeiro atendimento em 2004 e após esse ano só aparecem registros nos prontuários das crianças Jessica e Jussara no ano de 2011, fato este que dificultou o entendimento de quais foram os encaminhamentos feitos para que as condições mínimas dessa família fossem atendidas.

Observou-se também que apenas no prontuário II encontramos registrado o atendimento dos serviços e programas referentes à proteção básica, que tem como um de seus equipamentos os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), ou seja, não se tem registros nos prontuários sobre esses atendimentos nessa instância de proteção, que seria a “porta de entrada” da política de assistência social e tem entre seus objetivos, prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos das famílias em questão, enfrentando situações de vulnerabilidade.

Os atendimentos aparecem mais na instância de proteção de média complexidade, onde as famílias já se encontravam em situação de risco em decorrência dos direitos violados, como também, da situação socioeconômica das famílias, desemprego, condições precárias no que diz respeito à alimentação, entre outros. Neste sentido, não houve por parte dos serviços de proteção de atendimento a essas famílias, encaminhamentos concretos e que de fato buscassem uma efetivação dos direitos.

Observou-se a ausência de encaminhamentos no sentido de garantir a proteção dessa família já que, conforme abordado na segunda seção, a responsabilidade em garantir os direitos das crianças e adolescentes cabe também ao Estado e a Sociedade. O que se percebe é que os serviços de proteção social a essas famílias não deram conta de trazer respostas às demandas desses grupos.

Dentro deste contexto, faz-se necessário ter políticas mais eficazes, direcionadas a habitação, saúde, educação, trabalho, onde certamente, concorreriam para que grande parte dessas crianças e adolescentes permanecesse no convívio familiar. As famílias passaram pelos serviços de proteção ficando por anos e nada mudou, ficaram na mesma situação de antes, sem soluções para as necessidades trazidas.

#### **4.3.20 acolhimento institucional como medida excepcional e provisória**

As desigualdades sociais influenciam diretamente na situação econômica das famílias e dificultam o provimento das condições mínimas necessárias à sua sobrevivência, conseqüentemente, afeta a dinâmica da família como também, o desenvolvimento de seus

membros, mas especificamente, as crianças e adolescentes, dificultando a permanência das mesmas em sua família de origem, caso não contem com políticas sociais que garantam o acesso a bens e serviços que atendam a família em suas necessidades.

Este fator é evidenciado ao analisar os prontuários dos acolhidos, onde a condição socioeconômica da família fica evidente nos relatórios emitidos pelo Conselho Tutelar e demais serviços de atendimento as famílias descritas anteriormente. Nos prontuários ficou evidente que as famílias, no decorrer de seus atendimentos, demonstraram ter dificuldades em prover as condições mínimas como: alimentação, vestuário, moradia, educação, trabalho, entre outros, e quando a família é atendida pelos programas existentes, como por exemplo, o CRAS, o auxílio à alimentos e vestimentas, foram os encaminhamentos realizados por esse serviço para a família, ou seja, não se percebe outros encaminhamentos tais como: orientação ao emprego, aos benefícios oferecidos pelos serviços como o programa Bolsa Família, como também o BPC (Benefício de Prestação Continuada), apoio no tratamento de dependência química, encaminhamentos que, de certa forma, seriam elementos concretizadores do fortalecimento da família no sentido de modificar aquela situação vivenciada, garantindo também seus direitos.

No que se refere ao atendimento da família do prontuário III, a situação socioeconômica se evidencia no momento em que o genitor não está mais presente no grupo familiar, sendo que a responsabilidade, no que diz respeito ao cuidado com as crianças, ficou concentrada na genitora. Como o genitor não pagava pensão alimentícia e a família contava apenas com o benefício do programa Bolsa Família, dificilmente a genitora teria condições de garantir as condições mínimas para seus três filhos.

Nesse caso, a vida familiar passa a girar em torno da mulher, acarretando o que alguns estudos denominam de feminização da pobreza diante das condições de vida dessas famílias. De fato, são famílias que enfrentam situações de extrema precariedade, tendo em vista o trabalho desqualificado, instável e mal remunerado das mulheres chefes de família. A sobrecarga das despesas e cuidados domésticos aliada à quase inexistência de políticas públicas, que privilegiem o recorte de gênero, acabam por fragilizar ainda mais essas famílias. (ALENCAR, 2000, p. 69).

Importante ressaltar que não consta nos documentos do prontuário III alguma orientação ou algum encaminhamento referente à responsabilização do genitor com o pagamento da pensão alimentícia.

No prontuário IV também evidenciamos a problemática da situação socioeconômica quando a genitora não consegue trabalhar, pois a mesma leva e traz as crianças para a escola, e tem dificuldade em conseguir um trabalho que concilie com os cuidados de seus filhos,



principalmente com seu filho que apresenta necessidades especiais e necessita de mais atenção. Conseqüentemente, a genitora não tem condições de suprir as necessidades mínimas como: desemprego, alimentação, habitação, em fim, garantir os direitos de seus filhos, violados até então. Os serviços de atendimento as famílias não são capazes de abarcar as demandas em sua totalidade, esse atendimento se dá de maneira paliativa e fragmentada.

Neste sentido, os prontuários analisados retratam “a ausência de políticas sociais a população das camadas sociais de baixa renda, em conseqüência do retraimento do Estado neste campo”. (GUEIROS, 2002, p. 103).

A perversidade dessa dinâmica na qual os sujeitos não têm acesso a trabalho e tampouco a políticas públicas que lhe assegurem os mínimos de cidadania, redundando, muitas vezes, na negligência/abandono de crianças, pois os próprios pais também estão negligenciados e abandonados ou na entrega do(s) filho(s) para serem adotados por terceiros. (GUEIROS, OLIVEIRA, 2005, p. 121).

Assim, percebeu-se que as políticas de atenção a criança e ao adolescente não estão articuladas com ações de atenção as famílias, tendo como conseqüência o acolhimento institucional. “(...) o governo também é negligente quando não proporciona aos pais condições mínimas de sobrevivência” (VOLIC; BAPTISTA, 2005, p. 154). A condição socioeconômica precisa ser “(...) considerada no interior de um contexto de exclusão, não caracterizado somente pela ausência de renda ou pela baixa renda, mas pela falta de políticas sociais de assistência e seguridade, que assegurem os mínimos direitos humanos e sociais” (VOLIC; BAPTISTA, 2005, p.152-153).

É essencial mostrar que a capacidade da família para desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções é fortemente interligada ao seu acesso aos direitos universais de saúde, educação e demais direitos sociais. Assim, uma família que conta com orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos, bem como acesso a serviços de qualidade nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, também encontrará condições propícias para bem desempenhar as suas funções afetivas e socializadoras, bem como para compreender e superar suas possíveis vulnerabilidades (BRASIL, 2006, p. 29).

Dentro deste contexto, pode-se dizer que a qualidade de vida das famílias depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas internas (necessidades de seus membros nos diferentes estágios de desenvolvimento), as demandas advindas de seu espaço social e as formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações homem/mulher e pais/filhos. A família é um espaço indispensável para o desenvolvimento e proteção dos filhos, a capacidade de cuidado e de proteção depende da qualidade que a família tem, no contexto em que esta inserida.

Na vivência de estágio foi possível perceber que, a medida de acolhimento institucional ainda é recorrente, não sendo aplicada pelos órgãos responsáveis como medida

excepcional, ou seja, procurando esgotar todas as possibilidades para que a criança ou adolescente não sejam retiradas do convívio familiar. Não se constata nos prontuários, encaminhamentos ou orientações por parte do Conselho Tutelar ou da Vara da Infância e da Juventude para que a medida de acolhimento institucional seja evitada e utilizada como última alternativa em questão, quando esgotadas todas as possibilidades de intervenção para manter a criança ou adolescente em sua família de origem, considerando-se o direito a convivência familiar e comunitária.

Apesar de ser uma das últimas medidas de proteção elencadas no art. 101 do ECA, o acolhimento institucional continua sendo largamente aplicado às crianças e adolescentes, onde a carência socioeconômica é considerada como um fator propício para tal medida, apesar de, em seu art. 23 o ECA indicar que “ (...) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”. Percebe-se que ainda está longe de se romper com a institucionalização, buscando alternativas que sejam mais abrangentes, universalistas e inclusivas.

O Conselho Tutelar, o técnico, a autoridade judicial, ou qualquer outro ator institucional ou social, na sua missão de velar pelos direitos da criança e do adolescente, ao se deparar com possível situação de negligência, ou mesmo de abandono, deve sempre levar em conta **a condição socioeconômica e o contexto de vida das famílias** bem como a sua inclusão em programas sociais e políticas públicas, a fim de avaliar se a negligência resulta de circunstâncias que fogem ao seu controle e/ ou que exigem intervenção no sentido de fortalecer os vínculos familiares (BRASIL, 2006, p.37). (grifo nosso)

Neste sentido, surgem novos desafios para as famílias, fazendo com que se fortaleçam os vínculos familiares nas situações de diversidades relacionadas à pobreza, ao desemprego, à doença, de forma a reorganizar suas capacidades e manter os vínculos mais fortes. De acordo com o PNCFC:

O fortalecimento da família devem ser apoiados e potencializados por políticas de apoio sócio familiar, em diferentes dimensões que visem à reorganização do complexo sistema de relações familiares, especialmente no que se refere ao respeito aos direitos de crianças e adolescentes (BRASIL, 2006, p. 32).

Após o acolhimento institucional, as crianças e adolescentes ficam submetidas às condições que a instituição de acolhimento oferece, dentro das possibilidades de infraestrutura e no que se refere à articulação com a rede de serviços. Neste contexto, a instituição de acolhimento se depara com as mesmas dificuldades que a família tem quando as crianças e adolescentes ainda estão no convívio de sua família, pois a instituição tem o desafio de garantir os direitos dos mesmos, como também, criar possibilidades para a “busca da provisoriedade” caso ao contrário, o que se registra é a permanência de crianças e adolescentes acolhidos por vários anos na instituição.

#### 4.3.4A compreensão do conceito de negligência

Para Volic; Baptista (2005), a negligência pode ser detectada em todos os aspectos da relação entre os homens, principalmente quando existe uma dependência de cuidados e de proteção, “Ou seja, quando ocorre uma relação de dependência, na qual necessidades específicas de uns só podem ser supridas por seus cuidadores”. (VOLIC; BAPTISTA, 2005, p.150). O sujeito negligente nesta situação seria o indivíduo, a família, o Estado, a sociedade, as instituições, ou seja, a quem é atribuída à responsabilidade dos cuidados que não são cumpridos.

No que se refere aos prontuários analisados, observou-se que a responsabilidade das famílias em garantir a proteção de seus filhos ficou comprometida devido à precariedade e vulnerabilidade da moradia, desemprego, saúde mental, dependência química, alimentação, vestuário, etc. Essa situação é evidenciada no prontuário III, quando a genitora não consegue cuidar dos filhos, por ter sua saúde mental comprometida, onde, conseqüentemente, a medida de acolhimento institucional é aplicada para os três filhos. Fávero, Vitale e Baptista ainda reforçam que:

A precariedade da condição socioeconômica a que essa população está submetida e a luta árdua e cotidiana pela sobrevivência pode desencadear ou agravar os problemas de saúde, especialmente aqueles relacionados à esfera mental. A dependência de álcool e outras drogas, muitas vezes, é uma estratégia, ainda que defensiva, para enfrentar a problemática vivenciada. Há de ressaltar também a escassez de recursos para a realização do tratamento, o que resulta no agravamento ou cronificação das doenças já existentes e, possivelmente, gera outros problemas para o indivíduo e para a família, entre eles a impossibilidade de trabalhar e cuidar dos filhos. (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008, p. 54-55).

Somando a esses fatores a falta de informação da família, ou até o fato de não saberem onde procurar auxilia para garantir tal proteção, contribuíram de certa forma para que a família fosse considerada “negligente”.

Existem situações em que o cuidador não tem acesso aos meios que lhe permitirão o suprimento das necessidades daquele que está sob sua responsabilidade, não em razão de ausência de sua vontade, mas em função de falta de condições objetivas que lhe possibilitem dar ao outro aquilo que ele precisa. [...] As pessoas só são passíveis de ser responsabilizadas por negligência quando possuem as condições para atender às necessidades daqueles que estão aos seus cuidados e voluntariamente se omitirem. (VOLIC; BAPTISTA, 2005, p.150-151).

Para Azevedo e Guerra (1998), a negligência se caracteriza quando os pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes não agem no sentido de suprir as necessidades físicas, de saúde, educacionais e higiênicas de seus filhos (as) e/ou, de supervisionar suas

atividades, as quais proporcionam um desenvolvimento bio- psicossocial saudável e isento de riscos. Acrescentam a essa conceituação que essa falha dos pais só poderá ser caracterizada como negligência “(...) quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle” (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.177).

Importante destacar que nos prontuários pesquisados, ficou evidente que as famílias não cumpriram com o seu papel de prover tais necessidades, não por decisão ou opção individual, já que as condições que essas famílias se encontram não possibilitaram o provimento dessas necessidades.

As políticas sociais existentes não suprem as necessidades trazidas por essas famílias, ocorrendo, como consequência, o acolhimento institucional, onde a negligência dos pais ou responsáveis pelas crianças e adolescentes, aparece como motivo fim. Essa suposta “negligência” passa a ser utilizada de certa forma como culpabilização da família, porém, deve-se questionar o porquê de a família não cumprir seu papel em prover a proteção de seus filhos. Neste sentido, observou-se que tal negligência se trata de uma violência estrutural que vai além da proteção e da responsabilidade para com cuidado da família. Para Maldonado (1997), a violência estrutural se expressa:

Pelo quadro de miséria, má distribuição de renda (salário mínimo que não cobre as necessidades básicas), exploração dos trabalhadores, crianças nas ruas (mendigando, roubando, trabalhando indiretamente, prostituindo-se), falta de condições mínimas para a vida digna (moradia, alimentos, saneamento básico, etc), a falta de assistência em educação e saúde. (MALDONADO, 1997, p.9)

Dentro deste contexto, a indicada “negligência” não esta desconectada às condições sociais dos pais ou responsáveis pela criança ou adolescente, o que podemos considerar fato pertinente na sociedade brasileira, com os níveis de pobreza existente. Dentro desse contexto, o Estado, que deveria exercer também o papel de garantir tais direitos, tende a contribuir com a institucionalização das crianças e adolescentes, afetando conseqüentemente, seu desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerou-se de suma importância tal estudo, após surgirem algumas inquietações a partir da vivência de estágio obrigatório I e II, no ano de 2013, realizado na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, no que se refere aos programas e serviços existentes no município de Florianópolis para o atendimento das famílias de crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento institucional, como também, de que maneira eram feitos os procedimentos para que a medida de acolhimento institucional fosse concretizada. Esses fatores, como também a vivência da dinâmica de acolhimento institucional e das famílias em questão, foram instigadores para a pesquisa do presente trabalho.

Após a pesquisa bibliográfica e documental realizada neste trabalho, percebeu-se que os serviços e programas que atualmente atendem as famílias das crianças e adolescentes acolhidos, mas especificamente na Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, não conseguem suprir as demandas apresentadas por essas famílias, onde, conseqüentemente, a medida de acolhimento institucional foi a resposta encontrada e o que se percebe ainda é que se essa mesma perspectiva permanecer dificilmente essas crianças e adolescentes terão condições de saírem da instituição de acolhimento institucional e retornar para suas famílias.

Constatou-se ainda, que se esta longe de romper com a visão preconceituosa sobre as famílias que não tem condições de prover as necessidades básicas de seus filhos. Neste sentido, ainda não se tem um olhar para o contexto no qual a família esta inserida, questões referente ao desemprego, alimentação, dependência química, entre outros, são apenas vistos como motivo de acolhimento institucional, sendo considerado “negligência” da família. Porém, as Políticas Sociais ( de modo especial a de Assistência Social) não tem apresentado uma efetividade no suprimento dessas necessidades uma vez que de fato esses motivos são conseqüências de uma sociedade desigual e de um Estado mínimo para a garantia dos direitos sociais. Os órgãos responsáveis pelo encaminhamento do acolhimento institucional, que seguidamente indicam a “negligência” como motivo da institucionalização não percebem que essa “negligência” vai além das condições econômicas da família, como também, a questão do cuidado com os seus membros.

Diante do exposto, é importante perceber que, para as famílias terem condições de cumprir a função de prover os direitos aos seus filhos elas precisam ser amparadas com

efetividade, ou seja, políticas sociais que efetivamente dêem à família as condições necessárias a sua sobrevivência. Também se faz necessário uma articulação dos serviços que atendem essas famílias com encontros ou reuniões com a rede, tal como postos de saúde, escolas, creches, entre outros espaços no qual a família perpassa para que possam criar coletivamente estratégias de ações mais efetivas a essas famílias.

Faz-se necessário a capacitação permanente do Conselho Tutelar para atuar com essas famílias que, na maioria das vezes, não tem idéia de como proceder perante a situação de acolhimento institucional. É fundamental que o Conselho Tutelar exerça o papel de orientar a família, tendo como objetivo dar condições para que a família consiga fortalecer seus vínculos familiares, impedindo que o acolhimento institucional.

Ao concluir o presente trabalho, pode-se perceber que as categorias de análise possibilitaram compreensão da atual situação do atendimento dos programas e serviços, às famílias de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional, como também, a dinâmica dessas famílias. Dinâmica esta que é fortemente influenciada pelas dificuldades que tem de prover suas necessidades, das dificuldades enfrentadas pela família em conseguirem se organizar, se manter as suas necessidades mais prementes tais como de saúde, educação, trabalho, dependência química, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. M. T. Família no Brasil dos anos 90: a precariedade nas condições de vida e de trabalho. In: **Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ. N. 16, jan./jul., 2000. P. 65-78.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil**. São Paulo: Iglu, 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1979.

BEHRING, E. Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania. In.: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000. P. 21-37.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 3-4. P. 82-134.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRUSCHINI, C. **Uma abordagem sociológica de família**. **Revista Brasileira de Estudos da População**. São Paulo, v.6, nº 1, jan-jun. 1989. P.01-23. Disponível em: <[HTTP://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev\\_inf/vol6\\_n1\\_1989\\_1artigo\\_1\\_23.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf)>. Acesso em Setembro de 2013.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível**. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. 3. P. 139-182.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

ENGLER, Elisa Joana. **As tendências sobre a realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes de Florianópolis: um olhar a partir das produções acadêmicas do Curso de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina**. Orientada por Vânia Maria Manfro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 4. P. 59-78.

FÁVERO. E. T., VITALE. M. A. F.; BAPTISTA. M., V. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008.

FRANCISCO, Edenisi Maria. **Programa de orientação e apoio sócio familiar da Prefeitura Municipal de Palhoça: uma abordagem do serviço social à família**. Orientada por Krystyna Matys Costa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287602.PDF>>. Acesso em Agosto de 2013.

GEIB, Daiane Edena. **O Processo de abrigamento : uma análise por meio da escuta de famílias que vivenciaram essa experiência**. Orientada por Maria Manoela Valença. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2009. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284609.pdf>>. Acesso em Setembro de 2013.

GRISSOTTI, Márcia; ORTIZ, Carmen Rosário. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v.13, n.2, 2010. P. 210-219.

GUEIROS, D. A. Família e Proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 71. São Paulo: Cortez, 2002. P. 102-121.

GUEIROS, D.A; OLIVEIRA, R.C.S. Direito à convivência familiar. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 81. São Paulo: Cortez, 2005. P. 117-133.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. **Síntese de Indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Nº 26. Rio de Janeiro, 2009.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os construtores da paz- Caminhos da prevenção da violência**. São Paulo: Moderna, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. In: **Serviço Social e Sociedade**. N.º 55. São Paulo: Cortez, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I et al (orgs). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo, Cortez, 2008. P.



130- 148.

MOURA, Nelza de. **O Direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em medida de proteção abrigo.** Orientada por Maria Manoela Valença. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2009. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285115.pdf>>. Acesso em Setembro de 2013.

NUESCH, Claudia de Melo Giacomini. **O Princípio da excepcionalidade e provisoriedade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes.** Orientada por Marli Palma Souza. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA, Camila Gisele De. **Família, Estado e Política Social : análise de uma relação contraditória a partir do Serviço Sentinela.** Orientada por Liliane Moser. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2010.

OLIVEIRA. R., C., S. **Quero voltar para casa: o trabalho em rede e a garantia do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes que vivem em abrigo.** São Paulo: Apoio Amici Bambini e CMDCA, 2007.

PANOZZO, Andréa. **Crianças e adolescentes em abrigo: abandonados pelos pais ou esquecidos pelo Estado.** Orientada por Andréia de Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2005. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287439.PDF>>. Acesso em: Agosto de 2013.

PAULO, B. M. **Novas configurações familiares e seus vínculos sócio afetivos.** Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Psicologia, 2005.

PEREIRA, P. A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 48, ago., 1995. P. 103-114.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas & questões.** São Paulo: Cortez, 2011. P. 59-97.

PEREIRA, Potyara A.P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. In.: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, N. 112, 2012. P. 729-753.

PEREIRA, P. A. P. A política social no contexto de seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 56, 1998. P. 61-73.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, Danda. **O que é família.** São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

REIS, José R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia. **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. P. 99-123.

ROSA, Keila. **A Institucionalização como medida excepcional e provisória : contribuição para análise do processo de abrigamento**. Orientada por Káthia Regina Madeira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2004. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial288043.PDF>>. Acesso em: Setembro de 2013.

SARTI, C.A. **Família e individualidade: um problema moderno**. Texto preparado para exposição na mesa redonda “Perspectivas de análise teórica da família”, no Seminário a família contemporânea em debate. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC, 1993. P.39-48.

SARTI, C.A. Famílias enredadas. In: ACOSTA Ana Rojas. VITALE, Maria Amália F.(org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, PUC/SP, 2002. P. 21-36.

SILVA, Deise Oliveira da; **Política social da criança e do adolescente : uma análise do POASF de Florianópolis**. Orientada por Maria Del Carmen Cortizo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2003. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial290079.PDF>>. Acesso em: Agosto de 2013.

SILVA, Francine Cardoso Da. **A Rede de defesa dos direitos e a situação de abrigo para as crianças e adolescentes de Florianópolis**. Orientada por Vânia Maria Manfroí. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2007. Disponível em:<<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285756.PDF>>. Acesso em: Agosto de 2013.

SILVA, Aline Furlani Da. **Trajetória da família de crianças e adolescentes acolhidos no programa de acolhimento institucional de Palhoça**. Orientada por Regina Célia Tamasso Miotto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2011.

SILVA, M.O.S. Pobreza, desigualdade e políticas sociais: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**. V.13, n. 2, jul./dez, 2010. P. 155-163.

TEIXEIRA, S.M. Família e as formas de proteção social primária aos idosos. In: **Revista KAIRÓS**. Vol.11, nº 2, São Paulo: Cortez, 2008. P.59-80.

TRAINOTTI, Indianara. **Uma reflexão sobre o processo de acompanhamento posterior ao desligamento de crianças e adolescentes das instituições de acolhimento de Florianópolis**. Orientada por Vânia Maria Manfroí. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2013.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social**. São Paulo: Cortez, Cap. IV, 2009. P. 136-146.

VOLIC, Catarina; BAPTISTA, Myrian Veras. Aproximações ao conceito de negligência. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 83. São Paulo: Cortez, 2005. P.147-156.

YAZBEK, C.M. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2006. P. 184.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ano II, n. 3, p. 33-40, 2001. Brasília: ABEPSS e Grafline. Acesso em: Março de 2014.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A (Tabela 1) - TCC's Pesquisados**

(continua)

<b>n°</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>ano</b>
01	Política Social da criança e do adolescente: uma análise do POASF de Florianópolis.	Deise Oliveira da Silva	Maria Del Carmen Cortizo	2003
02	Programa de orientação e apoio sócio familiar da Prefeitura municipal de Palhoça: uma abordagem do serviço social à família	Edenise Maria Francisco	Krystyna Matys Costa	2004
03	Família, Estado e Política Social: análise de uma relação contraditória a partir do serviço sentinela	Keila Rosa	Káthia Regina Madeira	2004
04	Crianças e adolescentes em abrigo: abandonados pelos pais ou esquecidos pelo Estado?	Andreá Panozzo	Andréia de Oliveira	2005
05	A rede de defesa dos direitos e a situação de abrigo para as crianças e adolescentes de Florianópolis	Francine Cardoso da Silva	Vânia Maria Manfro	2007
06	Direito a convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes em medida de proteção de abrigo	Nelza de Moura	Maria Manoela Valença	2009

<b>n°</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Orientador</b>	<b>Ano</b>
			(conclusão)	
07	Processo de abrigamento: uma análise por meio de escuta de famílias que vivenciaram essa experiência.	Daiane Edena Geib	Maria Manoela Valença	2009
08	Princípio de excepcionalidade e provisoriedade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes no município de Florianópolis	Claudia de Melo Giacomini	Marli Palma Souza.	2010
09	Família, Estado e Política Social: análise de uma relação contraditória a partir do serviço sentinela	Camila Gisele de Oliveira	Liliane Moser	2010
10	Trajetória da família de crianças e adolescentes acolhidos no programa de acolhimento institucional de Palhoça	Aline Furlani da Silva	Regina Célia Tamasso Mioto	2011
11	As tendências sobre a realidade do acolhimento de crianças e adolescentes de Florianópolis: um olhar a partir das produções acadêmicas do curso de Serviço Social da UFSC	Joana Elisa Engler	Vânia Maria Manfroi	2012
12	Uma reflexão sobre o processo de acompanhamento posterior ao desligamento de crianças e adolescentes das instituições de acolhimento de Florianópolis	Indianara Trainoti	Vânia Maria Manfroi	2013

Fonte: Informações retiradas do arquivo da Biblioteca Universitária da UFSC. Sistematizados pela Autora, 2014.

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**

**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Solicitação de Consentimento**

Eu, Deise Olidia Gonçalves, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (matricula 10101460), freqüentando a 8º fase e regularmente matriculada na disciplina DSS5330- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), venho por meio deste solicitar a autorização para realizar coleta de dados nos prontuários das crianças e adolescentes que se encontrem em acolhimento institucional, de modo em especial que ainda não foram destituídos do poder familiar. Os dados coletados serão para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, que abordará a temática as “políticas sociais referentes às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional”, com a orientação da Dra. Carla Rosane Bressan, a ser apresentado ao Departamento do Curso de Serviço Social da UFSC.

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos de confidencialidade, de anonimato, de não utilização das informações em prejuízo dos outros e utilização dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.

Atenciosamente,

*Deise Olidia Gonçalves*

Florianópolis, 22 de Outubro de 2013.

*Carla R. Bressan*

**APÊNDICE C (Tabela 2) - Descrição do Prontuário I**

<b>Prontuário I</b>	
<b>(Continua)</b>	
<b>Dados gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acolhido: Ariel (13 anos)</li> <li>▪ Naturalidade: Lages</li> <li>▪ Primeira denúncia: 2010</li> <li>▪ Tempo de acolhimento: 3 anos</li> <li>▪ Situação atual: Não destituído do Poder Familiar, tendo família onde possui vínculo.</li> </ul>
<b>Motivo no qual levou ao acolhimento institucional de acordo com a guia de acolhimento do Conselho Tutelar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Negligência severa de seus genitores (usuários de drogas)</li> </ul>
<b>Acompanhamento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em 2010, após denúncias de que seus genitores eram usuários de drogas, o adolescente, diante a situação, foi encaminhado para uma instituição de acolhimento no município de Lages ficando acolhido por um período aproximado de dois anos. Após este período, sua irmã Elaine manifestou interesse em assumir a responsabilidade por Ariel, sendo realizado o desligamento do adolescente e a regularização da guarda provisória para sua irmã. O referido adolescente passou a residir em Florianópolis, no bairro Estreito.</li> <li>▪ Em Abril de 2011 foi registrada a primeira denúncia no município de Florianópolis envolvendo Ariel. Segundo informações do Conselho Tutelar, sua irmã Elaine solicitava “ajuda” para lidar com o irmão. Segundo relatório realizado pelo PAEFI, Elaine “não recebeu atendimento psicossocial para se avaliar as condições de assumir de fato a guarda do irmão, o que possivelmente contribuiu para desencadear as dificuldades apresentadas por ela”.</li> <li>▪ Em Agosto de 2011 o serviço PAEFI recebeu encaminhamento da situação de Ariel através do Conselho Tutelar. Nesta ocasião, o adolescente encontrava-se acolhido na Casa de Passagem do município de Florianópolis. No período de dois meses em que o adolescente ficou na Casa de Passagem não frequentou instituição de ensino ou algum projeto sócio-educativo.</li> <li>▪ Em agosto de 2011 e Abril de 2012 o serviço PAEFI recebeu mandato de intimação da Vara da Infância e da Juventude solicitando a inclusão imediata para o atendimento da família</li> </ul>



**Prontuário I****(continuação)****Acompanhamento  
Familiar**

do adolescente. Em razão do número significativo de famílias que aguardam a inclusão em fila de espera, o início do acompanhamento familiar neste serviço de proteção se deu em 17 de Abril de 2012.

- Em Abril de 2012 o adolescente foi transferido para a instituição de acolhimento Casa Lar Emaús, sabendo dessas informações o PAEFI entrou em contato com a Assistente Social da instituição solicitando reunião técnica, tendo como objetivo obter maiores informações sobre o adolescente. A Assistente Social da instituição colocou que a proposta de intervenção estava voltada para o retorno de Ariel sob os cuidados da irmã Elaine, onde, segundo a profissional, existia um forte vínculo apresentado por ambos.
- O serviço PAEFI, através de contatos periódicos com a Casa Lar Emaús, teve conhecimento de que o adolescente passaria as férias escolares de julho de 2012 na casa da irmã e que, posteriormente, seria sugerida a Vara da Infância e Juventude o desligamento do adolescente e o deferimento da guarda provisória em nome de Elaine.
- Em Julho de 2012 foi realizada audiência na Vara da Infância e Juventude onde foram intimados a comparecer os técnicos do serviço PAEFI, a Assistente Social da Casa Lar Emaús, Elaine e Ariel. Na ocasião, foi deferida a guarda provisória de Ariel para irmã e determinado o acompanhamento da família, tanto da Casa Lar Emaus quanto ao PAEFI, pelo período de seis meses.
- Em agosto de 2012 foi realizado pelo serviço PAEFI, atendimento psicossocial para os irmãos Elaine e Ariel. De acordo com o relatório do referente serviço, durante o atendimento Ariel permaneceu introspectivo, por outro lado, sua irmã manifestou comportamento agressivo, verbalizando não ter condições de se relacionar com o irmão, relatando que o adolescente estava faltando às aulas e não a obedecia. A irmã acrescentou ainda que ia para o trabalho e ficava o dia inteiro fora da residência e quando chegava, Ariel trazia para a residência amigos dos quais ela não conhecia. Em uma situação, o adolescente permaneceu fora da residência durante dois dias retornando após esse período. De acordo com relatório do referido serviço, apesar de esforços da equipe técnica em dar suporte aos irmãos no que concerne às demandas inerentes ao Serviço, Elaine mostrou-se irredutível na sua decisão de não permanecer com a guarda do adolescente. Elaine deixou o adolescente no local onde foi realizado o atendimento, desistindo da guarda provisória do adolescente. Após esse fato Ariel retornou para a Casa Lar Emaús.
- Em Outubro de 2012 o serviço PAEFI foi informado pela

	<b>Prontuário I</b> <b>(conclusão)</b>
<b>Acompanhamento Familiar</b>	<p>Assistente Social da Casa Lar Emaús que o adolescente havia se evadido da referida instituição e que, devido ao comportamento do adolescente, estaria solicitando a transferência a Vara da Infância e Juventude para outra instituição de Acolhimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em Novembro de 2012 o adolescente havia sido transferido para o Abrigo Municipal do município de Florianópolis.</li> <li>▪ Em Fevereiro de 2013 o adolescente fugiu do Abrigo municipal e pediu ajuda a Polícia, que acionou o Conselho Tutelar, sendo encaminhado por este órgão e acolhido na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito.</li> </ul>
<b>Acompanhamento do adolescente e sua família na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em outubro de 2013 a equipe técnica da instituição realizou uma viagem para Lages, tendo como objetivo a aproximação de vínculos dos familiares do adolescente. O genitor do adolescente veio com a equipe técnica para Florianópolis para ser internado numa clínica para tratamento para as drogas. Neste mesmo mês realizou consulta no Caps ad- Centro de atenção psicossocial álcool e drogas, tendo como objetivo ter um encaminhamento para internação, pois é usuário de crack. Foi posteriormente encaminhado para internação no Lar Recanto da Esperança. Ainda no mesmo mês, o genitor do adolescente procurou a coordenadora da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito, relatando que havia saído do local no qual estava internado. Segundo o genitor do adolescente, o motivo de sua saída se deu devido ao local estar sem água há dois dias e que estava presenciando conflitos entre os outros internos e isso não estava lhe fazendo bem. Após ter saído do Lar Recanto da Esperança, a coordenação entrou em contato com Casa de Acolhimento de moradores de rua, um dos projetos do Centro Cultural e encaminhou o genitor de Ariel para o referido projeto.</li> </ul>

Fonte: Informações retiradas do arquivo da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito. Sistematizados pela Autora, 2014.

**APÊNDICE D (Tabela 3) - Descrição do Prontuário II**

<b>Prontuário II</b>	
<b>(continua)</b>	
<b>Dados Gerais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acolhida: Ana (16 anos)</li> <li>▪ Naturalidade: Curitiba, PR.</li> <li>▪ Primeira denuncia: 2007</li> <li>▪ Tempo de acolhimento: 2 anos</li> <li>▪ Situação atual: Não destituída do Poder Familiar, tendo família, mas sem vínculo.</li> </ul>
<b>Motivo no qual levou ao acolhimento institucional de acordo com a guia de acolhimento do Conselho Tutelar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Negligência dos responsáveis</li> </ul>
<b>Acompanhamento familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em Outubro de 2007 o Conselho Tutelar registrou denúncia de violência física e negligência familiar contra as crianças Ana, Felipe, Joice, Clara e Claudia. Nesta ocasião, o referido órgão tomou como medida aplicar um termo de responsabilidade e orientações gerais para a genitora e seu companheiro, bem como, solicitou-se o comparecimento do mesmo no Conselho Tutelar. A família foi encaminhada por este órgão para o atendimento no CRAS-SUL e recebeu auxílio alimentação, doação de roupas e calçados.</li> <li>▪ Em Dezembro de 2007 o Conselho Tutelar- Região Insular recebeu denúncia de violência sexual envolvendo uma criança, que na época tinha dez anos. Neste mesmo mês, o referido órgão esteve novamente na residência da família e conversaram com a genitora sobre a denúncia. De acordo com o relatório do referido órgão, seu companheiro, o Sr. Fernando, foi notificado para comparecer ao Conselho Tutelar para esclarecimentos, contudo, não compareceu.</li> <li>▪ Em Janeiro de 2008, compareceram ao Conselho Tutelar Sr. Fernando, Sra. Paula e Ana. De acordo com o relatório do referido órgão, durante a abordagem com Sr. Fernando, o mesmo negou o teor denunciado, alegando que só poderia ser intrigas de vizinhos.,O Conselho Tutelar-Região Insular, tendo atendido a família verificou que as crianças encontram-se com</li> </ul>

**Prontuário II****(continuação)****Acompanhamento  
familiar**

seus direitos violados ou ameaçados e, por este motivo, deliberou encaminhamento ao Programa Sentinela como medida protetiva, devido as denúncias de negligência, violência sexual e física envolvendo a família.

- Em Fevereiro de 2008 o Programa Sentinela recebeu do Conselho Tutelar- Região Insular encaminhamento para verificação de denúncia de violência física e negligência perpetrada pelos pais contra as crianças Ana, Felipe, Joice, Clara e Claudia, bem como, suspeita de “abuso sexual” perpetrado pelo padrasto contra uma criança de dez anos. A equipe de Diagnóstico do Serviço Sentinela realizou atendimento a família no período de 12 de Fevereiro 2008 a 12 de Maio de 2008, concluindo que as referidas crianças foram vítimas de negligência severa e violência psicológica pelos responsáveis, bem como a violência física por parte do companheiro da genitora em relação a Felipe. De acordo com o relatório emitido pelo referido serviço, durante o período de atendimento não foi possível constatar denúncia de violência sexual. Em abordagens realizadas pela equipe do serviço Sentinela com profissionais da escola em que as crianças Ana e Felipe estudavam, foi relatado que a família tinha dificuldade financeira, que as crianças, por diversas vezes, iam para a escola sem comer, a casa em que residiam era pequena e insalubre. A equipe do referido serviço também realizou abordagem na comunidade, onde foram informados de que a família encontrava-se em situação bastante precária, tanto no que se refere à alimentação, quanto à moradia. Relataram também que, por diversas vezes, as crianças foram vistas pedindo comida pelas ruas da comunidade e que o genitor passava carregando garrafas de bebida alcoólica. Em virtude das modalidades de violências constatadas, foi sugerido encaminhamento para atendimento junto ao POASF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar), bem como advertência a genitora Sra. Paula e seu companheiro e Sr. Fernando.
- Em Março de 2009 a equipe de Diagnóstico do serviço Sentinela recebeu nova denúncia de violência sexual envolvendo Ana e Felipe, enteados do Sr. Fernando. A partir desta denúncia houve a intervenção do Conselho Tutelar no sentido de aplicar medida de acolhimento institucional da criança Joice, sendo que Clara e Claudia passaram a residir com o genitor e Ana não foi encontrada pelo Conselho Tutelar para efetivar a medida de proteção. Em relação à criança Felipe, estava acolhido na Casa Lar Missão, onde estava recebendo atendimento psicológico da equipe técnica do juizado, com vista ao processo de adoção.
- Tendo em vista que as crianças Joice e Felipe estavam em

<b>Acompanhamento familiar</b>	<b>Prontuário II</b>
	<p data-bbox="1153 271 1342 300" style="text-align: right;"><b>(continuação)</b></p> <p data-bbox="541 306 1359 701">medida de acolhimento institucional e as demais irmãs em convívio com a família paterna, o serviço de proteção Sentinela não tinha condições, naquele momento de se posicionar acerca do direito das mesmas a convivência com a família de origem. Essa dificuldade ocorreu em função da necessidade do investimento técnico deste serviço, no sentido de apoiar a família e avaliar as reais condições para a garantia dos direitos fundamentais das crianças envolvidas. Quanto à genitora Sra. Paula, passou a conviver como Sr. Rogério, irmão mais novo de Sr. Fernando e desta nova união teve um bebê chamado Ronaldo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="496 710 1359 887">▪ Em agosto de 2009 a equipe técnica de Diagnóstico do serviço Sentinela entrou em contato com o Programa Abordagem de Rua e o Conselho Tutelar, no intuito de contribuir com a localização da família e efetivar a medida de acolhimento de Ana, como também verificar a situação de Ronaldo.</li> <li data-bbox="496 893 1359 1144">▪ Em agosto de 2010, diante da inexistência de informações recentes sobre a família, o serviço Sentinela comunicou ao Juizado da Vara da Infância e Juventude o desligamento do caso, sugerindo que, quando a família fosse encontrada, que o setor técnico realizasse estudo social com o objetivo de avaliar as situações de risco a que as referidas crianças estavam expostas e efetivar as medidas de proteção cabíveis.</li> <li data-bbox="496 1151 1359 1693">▪ Em Maio de 2011 Ana foi acolhida provisoriamente na Casa de Passagem, pois se encontrava em situação de rua junto com outras adolescentes no bairro Agrônômica. O Conselho Tutelar solicitou ao Promotor de Justiça o acolhimento institucional da mesma, tendo em vista o histórico familiar. Neste período, foi realizado pelo Conselho Tutelar a última verificação, onde a genitora informou que estava passando necessidades, pois não tinha alimentação em sua residência. Importante ressaltar que a genitora estava morando num morro localizado no centro de Florianópolis. Nesta ocasião, foi indagado a ela sobre a possibilidade de ficar provisoriamente na Casa de Passagem com seus filhos Ana e Ronaldo, essa possibilidade foi descartada pela genitora. Após esta última intervenção, o Conselho Tutelar solicitou a Vara da Infância e Juventude o acolhimento institucional de Ana e Ronaldo.</li> <li data-bbox="496 1700 1359 1877">▪ Em Setembro de 2011 o Conselho Tutelar relatou a Vara da Infância e Juventude que Ana, após seu acolhimento na Casa de Passagem no município de Florianópolis, por muitas vezes informou aos educadores que iria empreender fuga e queria viver na rua.</li> <li data-bbox="496 1883 1359 2060">▪ O Conselho Tutelar Insular, sem alternativas de novas aplicações de medida de proteção e entendendo que a adolescente encontrava-se novamente com seus direitos violados, permanecendo por mais de 30 dias na Casa de Passagem, onde o regime interno especifica que o máximo de</li> </ul>

**Prontuário II****(conclusão)****Acompanhamento  
familiar**

permanência no local é de seis dias. O Conselho Tutelar entrou em contato com a Casa de Semi Liberdade Frutos do Aroeira. A coordenadora da Casa se sensibilizou com o histórico da adolescente e se dispôs a auxiliar no que fosse possível, abrindo a vaga para a adolescente. O Conselho Tutelar então solicitou em regime de urgência a transferência da adolescente, possibilitando neste sentido fazer os encaminhamentos, no que se refere à escola e aos cursos profissionalizantes. Posteriormente, Ana fora acolhida na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito, onde retomou os estudos, pois se encontrava irregular na escola por estar morando na rua e entrou no programa jovem aprendiz.

Fonte: Informações retiradas do arquivo da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito. Sistematizados pela Autora, 2014.

**APÊNDICE E (Tabela 4) – Descrição do Prontuário III**

<b>Prontuário III</b>	
<b>(continua)</b>	
<b>Dados Gerais</b>	<p>Acolhidos: Taiane (5 anos), Tadeu (7 anos), Tatiane (9 anos)</p> <p>Naturalidade: Florianópolis</p> <p>Tempo de acolhimento: 2 meses</p> <p>Primeira denuncia: 2007</p> <p>Situação atual: Suspensão do Poder Familiar.</p>
<b>Motivo que levou ao acolhimento institucional de acordo com a guia de acolhimento do Conselho Tutelar</b>	Negligência da genitora
<b>Acompanhamento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Em Junho de 2007 o extinto POASF (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar) recebeu do Conselho Tutelar Região Insular encaminhamento para verificar a denúncia de negligência perpetrada pela Sra. Cassia contra seus filhos. Neste período, o Conselho Tutelar esteve na residência da Sra. Cassia, porém, a mesma estava com seu filho Tadeu no hospital. O Conselho Tutelar, em visita ao hospital, foi comunicado da possibilidade da genitora ter “dificuldade neurológica”, pois segundo o hospital, a Sra. Cassia não seguia as orientações quanto aos cuidados básicos com os filhos.</li> <li>▪ Em Março de 2009 a família passou a ser atendida pelo POASF. Em função do reordenamento dos serviços sócio assistenciais, em Maio deste referido ano o POASF foi extinto e a demanda do Programa foi encaminhada para o Serviço Sentinela. Não consta nos prontuários como se deu o atendimento no período entre 2009 a 2010.</li> <li>▪ Em Abril de 2011 a família foi encaminhada para Equipe de diagnóstico do Serviço Sentinela. De acordo com o referido serviço, durante o período de atendimento foram realizadas visitas domiciliares e abordagens com a genitora. Ainda neste período foram realizadas visitas e contatos telefônicos com a rede de atendimento, nos quais a família era atendida tais como CRAS, Escola Estadual Lauro Muller, Projeto espaço Alternativo, CEI Girassol,</li> </ul>

**Prontuário III****(conclusão)****Acompanhamento  
Familiar**

- Pediatria do Hospital Universitário e Unidade Básica de Saúde.
- Quanto à composição familiar, inicialmente o genitor, Sr. Paulo, estava morando com Sra. Cassia e com os filhos Taiane, Tatiane e Tadeu. A família contava com uma renda de aproximadamente um salário mínimo, proveniente do trabalho do Sr. Paulo como servente de pedreiro e o benefício do Bolsa Família.
  - Em 2012 os genitores se separaram e o Sr. Paulo não estava pagando pensão alimentícia. Neste ano não consta o atendimento da família nos prontuários das três crianças.
  - A equipe de Diagnóstico do serviço Sentinela, através de informações provenientes da rede de atendimento, constatou que os irmãos Taiane, Tatiane e Tadeu eram “vítimas de negligência com relação aos cuidados de higiene, saúde e supervisão por parte dos genitores e familiares e que essa modalidade de violência vem perdurando ao longo dos anos”.
  - Em agosto de 2013 o Conselho Tutelar solicitou o acolhimento institucional das crianças, tendo em vista relatório emitido pelo PAEFI onde constam informações de que estas crianças eram vítimas de negligência severa com relação aos cuidados de higiene, saúde e supervisão por parte dos genitores. As crianças foram acolhidas em Setembro de 2013.
  - Em novembro de 2013 a equipe técnica do Juizado da Vara da Infância e Juventude realizou visita domiciliar na residência da genitora, tendo como objetivo fazer um estudo social referente a família. Foi constatado pela equipe do referido serviço que a residência da genitora se encontrava em precárias condições de habitabilidade, ou seja, a residência para a equipe técnica do Juizado, não se encontrava em condições para moradia.

Fonte: Informações retiradas do arquivo da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito. Sistematizados pela Autora, 2014.



**APÊNDICE F (Tabela 5) – Descrição do Prontuário IV**

<b>Prontuário IV</b>	
<b>(continua)</b>	
<b>Dados Gerais</b>	<p>Acolhidas: Jessica (7 anos) e Jussara (10 anos).</p> <p>Naturalidade: Florianópolis</p> <p>Tempo de acolhimento: 01 ano</p> <p>Primeira denúncia: 2004</p> <p>Situação atual: Não destituída do Poder Familiar, tendo vínculo com a família.</p>
<b>Motivo que levou ao acolhimento institucional de acordo com a guia de acolhimento do Conselho Tutelar</b>	<p>Negligência familiar e evasão escolar.</p>
<b>Acompanhamento Familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A família é atendida pelo Conselho Tutelar desde o ano de 2004, em razão de denúncias de negligência familiar em relação à saúde, alimentação e higiene e de episódios de fuga do lar e evasão escolar dos filhos Tiago e Ricardo. Ao ser questionada na época pelo Conselho Tutelar a respeito da evasão escolar dos filhos, a genitora colocou que estava desempregada e não tinha dinheiro para passagem, para procurar emprego e providenciar as carteirinhas de passe para levar as crianças na escola.</li> <li>▪ Entre 2005 a 2010 não constam informações no prontuário sobre a referida família.</li> <li>▪ Em 2013 a equipe técnica entrou em contato com o serviço PAEFI, porém, não constava nenhum registro da família, o que impossibilitou obter as informações sobre a mesma no decorrer desse período.</li> <li>▪ Em Abril de 2011 o Conselho Tutelar foi acionado pela genitora, sendo que os filhos Tiago e Ricardo estavam em situação de rua. O Conselho Tutelar tomou como medida acolher, provisoriamente, as crianças na Casa de Passagem. Após esse episódio, a genitora esteve no Conselho Tutelar buscando informações sobre seus filhos Tiago e Ricardo.</li> <li>▪ Em Maio de 2011 o Conselho Tutelar esteve na residência da genitora, onde constataram que a família vivia em situação de extrema carência econômica,</li> </ul>

**Prontuário IV****(conclusão)****Acompanhamento  
Familiar**

onde, nesta ocasião, se encontravam na residência mais três crianças: Jessica (04 anos), Jussara (06 anos) e Ismael (01 ano) de idade, sendo este portador de necessidades especiais. Em Maio de 2012 a genitora compareceu ao Conselho Tutelar para informar que seu companheiro chegou à residência sob efeito de substâncias psicoativas e que tentou agredi-la. Em virtude dessa situação, a genitora foi residir com as crianças no norte da ilha, na casa da avó materna.

- Em junho de 2012 Ricardo foi encontrado dentro de um ônibus sem documentos e sozinho, alegando estar indo para a casa da genitora. Após a chegada do Conselho Tutelar para averiguar a situação, Yuri foi acolhido na Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito.
- Em Outubro de 2012 a equipe técnica da instituição de acolhimento realizou a primeira visita na residência, contudo, Sra. Daniele não se encontrava. Importante frisar que a genitora não residia mais com a avó materna, em virtude do espaço da residência ser pequeno para acomodar toda a família. Neste período, a genitora passou a residir com sua irmã que informou a equipe técnica da instituição de acolhimento que a genitora não se encontrava na residência, pois havia saído para buscar os filhos na creche e que, no momento, a mesma não estava trabalhando em virtude da rotina que tem com os filhos. Diante a situação de acolhimento de Ricardo, os irmãos Jessica, Jussara e Ismael também são acolhidos. Jussara é acolhida na mesma instituição de Ricardo, Jessica e Ismael são acolhidos no Lar São Vicente de Paulo. Importante frisar que Tiago se encontrava em situação de rua e, por este motivo, não foi possível o encaminhamento para uma instituição de acolhimento. Em Fevereiro de 2013, Ricardo se evadiu da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito.
- No segundo semestre de 2013 foi solicitado pela equipe técnica da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito a transferência da criança Jessica do Lar São Vicente de Paulo para a mesma instituição de acolhimento onde se encontra Jussara, e esta se efetuou com sucesso. Neste período, as irmãs Jessica e Jussara tiveram a oportunidade de ficarem mais juntas.

Fonte: Informações retiradas do arquivo da Casa de Acolhimento Darci Vitória de Brito. Sistematizados pela Autora, 2014.